



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

RUTH JUSSARA CAMARÃO GOMES

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À MÃES SOLO E ATÍPICAS:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DAS MÃES DE FILHOS/AS COM DEFICIÊNCIAS
ATENDIDAS PELO CRAS UNIÃO EM PARINTINS-AM**

PARINTINS-AM

2023

RUTH JUSSARA CAMARÃO GOMES

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À MÃES SOLO E ATÍPICAS:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DAS MÃES DE FILHOS/AS COM DEFICIÊNCIAS
ATENDIDAS PELO CRAS UNIÃO EM PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, como pré-requisito da disciplina TCC II.
Orientadora: Souza Prof.^a. Dr.^a. Greysy Kelly Araújo de Souza

PARINTINS-AM

2023

RUTH JUSSARA CAMARÃO GOMES

**O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO À MÃES SOLO E ATÍPICAS:
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DAS MÃES DE FILHOS/AS COM DEFICIÊNCIAS
ATENDIDAS PELO CRAS UNIÃO EM PARINTINS-AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências
Sociais, Educação e Zootecnia da
Universidade Federal do Amazonas, como pré-
requisito da disciplina TCC II.
Orientadora: Souza Prof.^a. Dr.^a. Greysy Kelly
Araújo de Souza

Aprovado em: 07 de outubro de 2023.

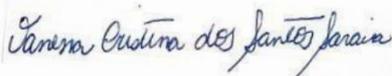
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Greysy Kelly Araújo de Souza
Orientadora – ICSEZ//UFAM



Prof. Ma. Leiliane Amazonas da Silva
Membro Interno - ICSEZ/UFAM



Prof. Dra. Vanessa Cristina dos Santos Saraiva
Membro Externo - ESS/UFRJ

PARINTINS-AM

2023

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G633t Gomes, Ruth Jussara Camarão
O trabalho do Serviço Social junto à mães solo e atípicas:
desafios e estratégias das mães de filhos/as com deficiências
atendidas pelo CRAS União em Parintins-AM / Ruth Jussara
Camarão Gomes . 2023
58 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Greysy Kelly Araújo de Souza
TCC de Graduação (Serviço Social) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Serviço Social. 2. Mães solo. 3. Mães atípicas. 4. Trabalho
profissional. 5. Parintins-AM. I. Souza, Greysy Kelly Araújo de. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

*Dedico essa conquista primeiramente à DEUS,
a minha família que é o meu alicerce, a minha
orientadora e a todos que contribuíram com
essa pesquisa, Gratidão!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo o que tem feito em minha vida ao longo dessa trajetória. Por ser o meu refúgio e fortaleza em todos os momentos, por me iluminar e guiar os meus passos nessa caminhada, Gratidão Senhor, por ter me ensinado que há tempo para todas as coisas, e tudo o que acontece em nossas vidas é com um propósito, muitas das vezes, não compreendemos quando algo não sai como o planejado e perdemos o controle da situação, pensamos em desistir, e desistir não é a melhor opção. A vida é feita de altos e baixos, e nem por isso todos os dias serão cinzas, assim como há dias de lutas também os dias de glória virão. Devemos aprender a lidar com as situações, e não nos tornarmos reféns de nossos medos, devemos acreditar em nós mesmos e que podemos alcançar os lugares que aos nossos olhos parecem impossíveis, e hoje compreendo que foram necessários alguns acontecimentos para mostrar a mim mesma o quão forte e incrível eu sou e nada e nem ninguém vai tirar isso de mim, me sinto maravilhada e agradecida por estar finalizando essa fase.

Sou grata aos meus pais por tudo o que representam para mim, por me apoiarem, por não terem medido esforços para me manter na Universidade e me incentivaram a continuar no Curso de Serviço Social, afinal já faltava tão pouco para a conclusão. Agradeço ao meu pai Kédson Júnior, por ser o meu porto seguro, e estar sempre ao meu lado, lembro-me da felicidade do meu pai quando passei na Universidade, agradeço por suas orações, pois elas me deram forças para continuar, quando tudo ao meu redor parecia desmoronar. Agradeço também a minha mãe Cleonice por todo apoio, orações e palavras encorajadoras que me incentivaram a continuar e aqui estou finalizando essa etapa, obrigada por tudo mamãe. Não poderia esquecer de mencionar a minha madrastra Dorian, pelo apoio nesse processo, por suas palavras e cuidado comigo, bem como agradeço a Sabrina; Giseli e Hudson (Áureo).

Aos meus irmãos, Isaías, José, Noeme, Keyla Vitória e Keroly Miryan, eu amo muito vocês.

Agradeço as crianças da minha vida, Aleph Samuel e Keroly Miryan, em especial a minha irmã Keroly Miryan, por todos os cheiros, abraços, e por sempre me lembrar dizendo o quanto me ama, lembro quando me faltavam palavras para escrever este trabalho e o desespero queria tomar conta de mim, eu ia até o seu encontro e te abraçava apertado e isso me deu forças para continuar, obrigada por tudo irmãzinha.

Agradeço a minha família pela compreensão na minha ausência, enquanto eu dedicavame a escrever este trabalho, vocês são tudo para mim.

Agradeço a minha tia Ezalina (em memória), acredito que se ela estivesse aqui estaria feliz por mim, sou grata por todos os ensinamentos, por suas palavras e por ser um exemplo de fé e perseverança para mim, eu te amarei eternamente.

A minha amada tia Suelen e meu tio Hércules por seus conselhos, por todo amor, cuidado, orações e por me compreender, obrigada por serem o meu abrigo e por me receber sempre tão bem, agradeço também aos meus primos Isaque, Ana Karolina, Paulo Henrique e Suely.

Agradeço aos amigos que fiz ao decorrer da graduação, Zenira Mendes que é um ser incrível a qual tenho muito carinho, obrigada pela parceria e por suas palavras de motivação neste percurso. À minha amiga Késsia Batista, por ter me aturado e por ter me auxiliado quando precisei, à você a minha gratidão; a minha amiga Evellyn Anjos; Naidiane Azevedo e o meu amigo Afonso Kênison pela parceria, agradeço por todas as palavras positivas e por acreditar em mim quando eu pensei que não iria conseguir, obrigada por tudo amigo. As minhas amigas de estágio, Nancy Maria e Ana Regina pelo apoio e incentivo. Agradeço também a minha orientadora Professora Doutora Greysy Kelly, pelo carinho e atenção, gratidão pelos seus ensinamentos e conhecimentos, agradeço por ter sido compreensiva, por suas palavras motivadoras, por acreditar no meu potencial, e a sua confiança que tornaram possível a realização deste trabalho, sempre lhe admirei, e fiquei tão feliz quando soube que você seria a minha orientadora, obrigada por tudo.

Em relação a Universidade o que tenho a dizer trata-se de um lugar que nos proporciona descobertas, que nos instiga a explorar o desconhecido, sou grata por esta experiência UFAM/ICSEZ. Bem como, também é um desafio a vida acadêmica, um dos desafios que encontrei foi me adaptar a Universidade, pois é totalmente diferente do Ensino Médio, e acontece o estranhamento, e está tudo bem, aos poucos vamos aprendendo e nos construindo neste espaço. Agradeço a esta Universidade, aos docentes do curso que contribuíram com a minha formação, Geraldo Magela, Alice Alves, Audirene Cordeiro, Aldair Andrade, Milena Barroso, Patrício Ribeiro, Dayana Cury, Adelson Fernando, Gladson Rosas, Valmiene Florindo, Sandra Helena, Sandra Damasceno e Leiliane Amazonas.

Sou grata em especial, aos professores Geraldo Magela pela atenção e amizade que construímos ao longo da minha formação, a professora Alice Alves pelo carinho e por ser um referencial à você a minha gratidão, a professora Sandra Helena que também me incentivou a continuar no curso, meu muito obrigada. Agradeço a professora Audirene Cordeiro pela compreensão e contribuição na minha formação, a professora Fernanda Priscila que tive o privilégio de conhecer através do PACE de Saúde Mental no qual fui participante, agradeço por

suas palavras de carinho e por sua preocupação, assim como também, o querido professor Jadson Justi, à vocês o meu agradecimento.

Às minhas supervisoras de campo Franciane Marialva e Rocicléia Muniz pela experiência e por seus conhecimentos compartilhados no decorrer do estágio no CRAS, a minha gratidão.

Agradeço ao meu namorado Leandro Melo, pelo companheirismo, apoio, atenção e compreensão, obrigada por cuidar tão bem de mim, obrigada por tudo meu amor.

Agradeço a todos que participaram de forma direta ou indiretamente do desenvolvimento da minha pesquisa, que foram fundamentais na elaboração deste estudo.

RESUMO

Este estudo objetivou compreender os desafios enfrentados por mães solo, consideradas atípicas, mães de crianças com deficiência, no acesso aos serviços oferecidos pelo CRAS União em Parintins-AM e as estratégias desenvolvidas pelo assistente social na viabilização do atendimento qualificado, bem como, identificar e descrever as experiências com o intuito de aprofundar os conhecimentos adquiridos a respeito do trabalho do Serviço Social junto a esta temática. Assim, o presente estudo busca ampliar o debate em torno da realidade social enfrentada por mães de filhos/as com deficiência. Além, de contribuir para que as políticas sociais sejam de fato efetivadas, no que tange ao conhecimento sobre a realidade das mães de filhos com deficiências que buscam acessar a proteção social da política de Assistência Social. Nesse sentido, é imprescindível que o Assistente Social conheça a realidade vivenciada pelos usuários do serviço, de forma que seja possível construir junto com eles/elas estratégias para o enfrentamento das dificuldades no acesso aos direitos sociais. Para tanto, utilizou-se como método da pesquisa a abordagem qualitativa e como metodologia para coleta de dados realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado com as 4 assistentes que atuam no CRAS União em Parintins-AM. Com base nos dados apresentados, podemos compreender que as mães solas e atípicas vivenciam experiências desafiadoras em seu cotidiano, é necessário a implantação de programas e grupos de apoio. Analisando o trabalho profissional realizado, as estratégias utilizadas pelas assistentes sociais no CRAS União estão pautadas na defesa e na garantia dos direitos, para assegurar que as políticas públicas sejam efetivadas e proporcione melhores condições e qualidade do serviço de quem dela necessita.

PALAVRAS – CHAVE: SERVIÇO SOCIAL. MÃES SOLO. MÃES ATÍPICAS. TRABALHO PROFISSIONAL. PARINTINS-AM.

ABSTRACT

This study aimed to understand the challenges faced by single mothers, considered atypical, mothers of children with disabilities, in accessing the services offered by CRAS União in Parintins-AM and the strategies developed by the social worker in enabling qualified care, as well as identifying and describing experiences with the aim of deepening the knowledge acquired regarding the work of Social Services on this topic. Thus, the present study seeks to expand the debate around the social reality faced by mothers of children with disabilities. In addition, it contributes to ensuring that social policies are actually implemented, in terms of knowledge about the realities of mothers of children with disabilities who seek to access the social protection of the Social Assistance policy. In this sense, it is essential that the Social Worker knows the reality experienced by service users, so that it is possible to build strategies together with them to face difficulties in accessing social rights. To this end, the qualitative approach was used as a research method and as a methodology for data collection, we carried out interviews with a semi-structured script with the 4 assistants who work at CRAS União in Parintins-AM. Based on the data presented, we can understand that solo and atypical mothers experience challenging experiences in their daily lives, requiring the implementation of support programs and groups. Analyzing the professional work carried out, the strategies used by social workers at CRAS União are based on defending and guaranteeing rights, to ensure that public policies are implemented and provide better conditions and quality of service for those who need it.

KEY WORDS: SOCIAL SERVICE. SOLO MOTHERS. ATYPICAL MOTHERS. PROFESSIONAL WORK. PARINTINS-AM.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

| | | |
|--------------------|---|----|
| Tabela 01. | Ficha de Acompanhamento do PAIF- Ocupação Castanhal de 2019 a 2022 | 35 |
| Tabela 02. | Ficha de Acompanhamento do PAIF- Paulo Corrêa de 2019 | 35 |
| Tabela 03. | Ficha de Acompanhamento do PAIF – União de 2019 a 2022 | 35 |
| Tabela 04. | Perfil dos assistentes sociais | 38 |
| Gráfico 01. | Ficha de Acompanhamento do PAIF mães solo 2019 a 2022 | 36 |
| Gráfico 02. | Usuários mães solos que recebem o Bolsa Família e o Benefício de Prestação continuada entre os anos de 2019 a 2022 | 37 |
| Gráfico 03. | Grau de escolaridade das usuárias mães solos acompanhadas pelo PAIF entre os anos de 2019 a 2022 | 37 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE – Instituto Brasileiro de Economia

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PCD – Pessoa com Deficiência

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO | 16 |
| 1.1 Abordagem da Pesquisa e Técnicas de Coleta de dados..... | 16 |
| 1.2 Lócus e Participantes da Pesquisa | 18 |
| 1.3 Análise, Tratamento dos Dados e cuidados Éticos. | 18 |
| 2 CAPÍTULO II – FAMÍLIA MONOPARENTAL, MÃE SOLO E ATÍPICAS | 20 |
| 2.1 Família Monoparental no Brasil | 20 |
| 2.2 Mães Solo e Atípicas | 22 |
| 2.3 Desafios no cuidado de filhos com deficiência por mães solo e atípicas | 26 |
| 3 CAPÍTULO III – O TRABALHO NO CRAS UNIÃO JUNTO AS MÃES SOLO E ATÍPICAS | 30 |
| 3.1 O Trabalho de assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS..... | 30 |
| 3.2 O CRAS União e o trabalho realizado junto as mães em Parintins-Am..... | 32 |
| 3.3 O atendimento às mães solo e atípicas no CRAS União em Parintins-AM..... | 38 |
| 3.3.1 Dimensão 01: O perfil das assistentes sociais | 38 |
| 3.3.2 Dimensão 02: O trabalho do assistente social | 39 |
| 3.3.3 Dimensão 03: Ações e Estratégias | 45 |
| RESULTADOS DA PESQUISA | 49 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 53 |
| APÊNDICES | 56 |
| A. Roteiro de Entrevista Semiestruturada | 56 |
| B. Termo de Consentimento Livre Esclarecido | 57 |

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o sexo feminino foi associado como frágil, enquanto o “modelo” patriarcal do homem é o da força, colocando sobre este o poder e domínio. No âmbito social, são as mulheres que majoritariamente tomam para si a sobrecarga de responsabilidade da família, renunciam a compromissos profissionais e até pessoais com a prioridade do cuidado, em especial no ato de cuidar dos seus filhos/as.

O Paradigma do patriarcado está enraizado em nossa sociedade, “com ele se deu a “naturalização” daquilo que era tido como “típico” feminino ou masculino [...]. A noção de “privilégio biológico” do homem, o parto e a maternidade como “destino biológico” da mulher e o mito do amor materno. Como em nossa cultura há maior valorização da razão em detrimento da emoção, essa suposta dicotomia se configura até hoje como uma das justificativas da relação de poder do homem sobre a mulher” (Favero, 2010, p. 588).

O termo “mãe solteiras”, como eram conhecidas as mães-solo, carrega um forte resquício da sociedade machista e patriarcal do século XX, em que a mulher – sobretudo a mulher casada – possuía seus direitos civis, sexuais e reprodutivos reduzidos e em sua maioria submetidos à vontade do marido (Borges, 2020, p.1).

Por outro lado, o termo mãe solo corresponde as mulheres que exercem o papel no cuidado aos filhos de maneira solitária, haja vista, que essa característica solitária não corresponde exclusivamente as mães solteiras fora de uma relação, no qual, mesmo tendo um cônjuge não tem o amparo dele, na divisão das tarefas, ficando para essa mulher a sobrecarga em cuidar do lar e dos filhos. Além disso, filhos com deficiências necessitam de cuidados específicos e afeto familiar, uma vez, que estes, a longo prazo sofrem de doenças patológicas que dificultam sua relação de convívio na sociedade.

Neste sentido, a “naturalização” da tarefa de cuidar recai sobre a mulher no cuidado direto ou indireto. Essa constatação revela a sobrecarga da mulher e as alterações nas atividades cotidianas, nas condições de saúde e nos projetos de vida. Quando se fala em cuidado, a figura da mulher continua sendo “naturalmente” identificada no imaginário social como responsável, sob a justificativa dos “atributos femininos” serem mais adequados para tais tarefas (Montenegro, 2018, p.2).

Na concepção da autora Montenegro (2018), é evidente a sobrecarga feminina e os impactos causados pela mesma, que desencadeiam experiências negativas como estresse,

ansiedade, esgotamento emocional, devido ao excesso de trabalho ou até mesmo, da própria ausência do marido na repartição das atividades domésticas e do cuidado com os filhos.

Por outro lado, o nascimento de uma criança com deficiência, traz a concepção de uma nova realidade para a família, no qual, a perda das expectativas e dos sonhos que haviam construído em relação ao futuro descendente, são experimentados de uma forma inesperada pelos pais da criança. Neste cenário, a intensidade do impacto causado pelo nascimento da criança é imprevisível, depende de cada família e da representatividade que este fenômeno trará.

Neste sentido, esta pesquisa buscará responder os seguintes questionamentos, frente a realidade presente de mães solo e atípicas de filhos com deficiências acompanhadas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União em Parintins – AM: Quais os desafios enfrentados por mães solo e atípicas de crianças com deficiência no acesso aos serviços oferecidos pelo CRAS e as estratégias desenvolvidas pelo assistente social na viabilização do atendimento qualificado as mães?

O interesse pela temática desta pesquisa parte inicialmente da minha experiência no estágio supervisionado realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União, onde pude observar que os atendimentos realizados na Instituição em sua maioria são por mulheres. O presente estudo partiu sobretudo das questões atreladas ao trabalho profissional da assistência social com as famílias em situação de vulnerabilidade social, em especial as mães de filhos com deficiência. Além disso, é válido ressaltar, a importância das ações políticopedagógicas realizadas pelo socioassistencial nos regimentos da assistência amparados por leis.

É importante destacarmos a interpretação das políticas sociais a partir de sua execução, o que pode ser explicado a partir de seu caráter contraditório, submetidas ao cerne do capitalismo e aos interesses do capital financeiro. Entretanto, ainda que sejam meios do qual o Estado se utiliza de políticas para dá resposta às demandas e problemas presentes na estrutura social. Neste sentido, podemos destacar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), responsável pela realização de ações com as famílias em virtude das normas e regimentos dentro do âmbito legal.

Assim sendo, esta pesquisa propõe identificar os principais desafios enfrentados pelas mães solo e atípicas de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS União. Neste cenário, a sobrecarga das atividades domésticas em cuidar do lar e de seus dependentes, recai sobretudo na figura feminina. Do mesmo modo, Soares e Carvalho (2017, p.2) afirma “[...] que a maternidade ainda se mantém aprisionada à ideologia do patriarcado, que se caracteriza pela

dicotomia entre poder e dar a vida e a função cotidiana das atividades e cuidados, tanto no espaço público quanto no privado”. Quando as mulheres não seguem o padrão estabelecido pela sociedade patriarcal, os julgamentos começam quando acontece o divórcio, quando a mulher decide que quer trabalhar fora ao invés de ficar em casa e realizar as atividades domésticas e até mesmo quando se tem um filho/a com deficiência, são diversos fatores que acarretam desafios tanto no contexto social como no contexto familiar. Neste sentido, de acordo com Fernandes (2022, p.28) “existem vários olhares sobre as mulheres, alguns com julgamentos e outros com admiração e modelo de superação. Para alguns, a mulher é uma batalhadora, que mesmo o pai não assumindo sua responsabilidade, vai à luta, trabalha e cuida do filho; por outro lado, muitos ainda possuem um olhar preconceituoso e desvalorizam a mãe que não convive com o pai da criança”.

No que concerne as discussões do papel da mulher é importante mencionarmos a dura realidade enfrentada por estas, em que o homem é visto como figura central em nossa sociedade, onde as diferentes concepções da figura feminina, está sobretudo, deteriorada pelo machismo imposto como julgo pela sociedade patriarcal, onde a mulher é sempre inferior ao sexo oposto.

Portanto, esta pesquisa faz-se necessária uma vez que busca ampliar o debate em torno da realidade social enfrentada por mães de filhos/as com deficiência. Além, de contribuir para que as políticas sociais sejam de fato efetivadas, no que tange a proteção social da política de Assistência Social. Logo, o Assistente Social precisa conhecer a realidade vivenciada pelos usuários do serviço, de forma que seja possível construir junto com eles/elas estratégias para o enfrentamento das dificuldades no acesso aos direitos.

Partindo deste pressuposto, esse estudo visa conhecer os desafios no atendimento de mães solo de filhos/as com deficiência pelas assistentes sociais no CRAS União do município de Parintins – AM. Tendo como objetivos específicos: a) Identificar o perfil socioeconômico das usuárias mães solo de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS União; b) Desvelar as principais demandas e os desafios para o acesso e a garantia de direitos de mulheres, mãe solo, atendidas no CRAS União; c) Identificar as estratégias usadas pelos profissionais assistentes sociais do CRAS para atender mães solo de filhos com deficiência.

Nesta direção, para abordar os seguintes objetivos o presente estudo apresenta no Capítulo I sobre os caminhos da pesquisa, abordando as escolhas metodológicas e instrumentais e descrevendo a experiência de pesquisa de campo em consonância com os aspectos éticos indispensáveis para pesquisas. No Capítulo II abordamos o debate teórico deste trabalho de conclusão de curso, em especial discutindo os conceitos de família monoparental, mães solas e

atípicas. No Capítulo III apresentamos a análise dos dados que estão distribuídos em 3 Dimensões, sendo elas 1. O perfil dos profissionais participantes da pesquisa, 2. O trabalho realizado no âmbito do atendimento de mães solo e atípicas; 3. Desafios e estratégias desenvolvidas pelos assistentes sociais no CRAS União para atendimento as mães. Traremos também a análise dos resultados da pesquisa, intercalando com as reflexões sobre o perfil e cenário por eles apresentado. Por fim, abordamos nas conclusões uma compreensão mais aprofundada sobre o trabalho do assistente social junto as mães no CRAS União em Parintins-AM.

CAPÍTULO I – PERCURSO METODOLÓGICO

O presente capítulo abordará os aspectos metodológicos que proporcionam a escrita e o desenvolvimento deste estudo, assim como apresenta o tipo e a abordagem utilizada na pesquisa, os métodos e técnicas, o *locus*, os participantes e a exposição da análise de dados coletados na pesquisa de campo, contamos também com os dados secundários da Ficha de Acompanhamento do PAIF, do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União em Parintins-AM.

1.1 ABORDAGEM DA PESQUISA, TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A abordagem metodológica desta pesquisa é de natureza qualitativa. De acordo com Richardson (2015), o método qualitativo corresponde a uma compreensão detalhada dos significados e características que será apresentada pelo entrevistado. Ainda dentro desta concepção, Michel (2009, p.36) descreve que “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo”. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo e dos fatos.

Desse modo, optou-se pela abordagem qualitativa com o intuito de conhecer a realidade das mães solo e atípicas de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS União, levando-se em consideração o contexto particular dos sujeitos.

Conforme Chizzotti (2000, p.79):

A abordagem qualitativa parte do aprofundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Para Minayo (2007, p.21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Inicialmente, este estudo está fundamentado na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e na pesquisa de campo.

Segundo Gil (2008, p.50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesta perspectiva, foram feitas leituras sobre os textos de Babiuk (2015), Toledo (2011), Borges (2020), Moraes (2011), Silva; Cassiano; Cordeiro (2019), dentre outros autores que estão relacionados a temática deste estudo.

No entanto, “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (Lakatos e Marconi, 2003, p.158).

Em relação à pesquisa documental Tozoni-Reis (2010, p.31) discute que:

A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc.). Isto significa que a busca de informações (dados) sobre os fenômenos investigados é realizada nos documentos que exigem, para a produção de conhecimentos, uma análise, no caso, a documental.

Similarmente, ao abordar o tema Severino (2007) aborda que a pesquisa documental trata de documentos de várias fontes, não sendo realizada somente com documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Severino, 2007, p. 122-123).

Por conseguinte, para Michel (2009, p.42) a pesquisa de campo:

“[...] trata-se da coleta de dados do ambiente natural, com o objetivo de observar, criticar a vida real, com base em teoria, para verificar como a teoria estudada se comporta na vida real. Confrontando a teoria na prática, permite responder ao problema e atingir os objetivos”.

Para a realização da coleta de dados, a técnica utilizada será mediante a entrevista semiestruturada que se trata de perguntas abertas e fechadas “[...] oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (Triviños, 1987, p.146).

Partindo dessa perspectiva, Minayo (2007) enfatiza a relação entre o entrevistado e o entrevistador como uma característica da abordagem qualitativa, pois permite a troca de conhecimento de pontos de vista da realidade, proveniente da dinâmica social em que os profissionais vivenciam no âmbito profissional.

Desse modo, a entrevista semiestruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador, ou seja, deve haver uma antecipação em relação às perguntas para o desenvolvimento da pesquisa. Este instrumento possibilita a investigação para adquirir informações e nessa concepção, atingir os objetivos da pesquisa, através dos depoimentos dos sujeitos, na fundamentação da lógica das relações estabelecidas nas esferas dos grupos sociais (Michel, 2009).

1.2 LÓCUS, PARTICIPANTES E EXPERIÊNCIA DA PESQUISA

O *lócus* da pesquisa foi o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União, localizado na rua 13 de maio, no bairro da União em Parintins-Am. A pesquisa contou com a participação de 4 (quatro) assistentes sociais que atuam na Instituição.

A escolha dos participantes se deu a partir do convite e explicação sobre os objetivos desta pesquisa. A opção por realizar as entrevistas no CRAS se deu pela possibilidade de mergulhar no ambiente pesquisado.

Por ter realizado o estágio supervisionado neste mesmo espaço, a inserção para a coleta de dados não teve dificuldades. Pelo fato de ter estagiado na Instituição a pesquisa tornou-se mais acessível por conta de conhecer os profissionais do CRAS União, foi no campo de estágio que surgiu o interesse por pesquisar o objeto em estudo, pois o estágio é a oportunidade de conhecer como a profissão é exercida na prática, a pesquisa de campo nos proporciona o conhecimento da realidade, a experiência de estar em contato com as expressões da práxis social nos leva a aprimorar mais o conhecimento para o desenvolvimento do exercício profissional.

1.3 ANÁLISE, TRATAMENTO DOS DADOS E CUIDADOS ÉTICOS

Para a construção da análise dos dados partimos da pesquisa documental cujo objetivo foi identificar o perfil socioeconômico das usuárias mães solas e atípicas de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS, tivemos acesso ao documento denominado Ficha de Acompanhamento do PAIF do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União.

Para tanto, a construção do terceiro capítulo deste estudo, foi elaborado a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas direcionado aos assistentes sociais participantes da pesquisa. Para a realização das entrevistas, com a ciência e aprovação das participantes, utilizarei um gravador de voz para a gravação e posterior transcrição das falas.

É válido ressaltar que, no que tange aos aspectos éticos foi apresentado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em apêndice, este termo garante que os participantes conheçam os objetivos e critérios da pesquisa bem como assegura aos mesmos o sigilo da identidade e o uso das suas informações exclusivamente para fins acadêmicos. Assim, o TCLE busca respeitar e manter a identidade dos participantes restritos, portanto, foram escolhidos nomes fictícios.

Para análise dos dados, primeiramente foi realizada a sua tabulação em tabela de análise e leitura completa de todo o material buscando conhecer o perfil dos participantes e sua compreensão sobre o tema. Na análise buscamos realizar uma triangulação dos dados, sendo essa uma técnica que “tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (Triviños, 1987, p.38).

Considerando os dados secundários realizados em pesquisa anteriores sobre essa temática traçarei com os dados encontrados em minha pesquisa. As entrevistas foram divididas em três dimensões de análises: a) perfil das assistentes sociais; b) trabalho do assistente social no CRAS União; c) ações e estratégias desenvolvidas junto às mães solo, atípicas. É importante destacar que essas dimensões buscam atender aos objetivos desta pesquisa.

2 CAPÍTULO II – FAMÍLIA MONOPARENTAL, MÃE SOLO E ATÍPICAS

Neste capítulo pretende-se discutir os conceitos de família monoparental, mãe solo e atípicas. O modelo de família que se estende até os dias de hoje em nossa sociedade é o modelo tradicional formado por pai, mãe e filhos. Além disso, novos arranjos familiares estão sendo configurados dentre estes podemos destacar a família monoparental de mães solo e atípicas que cuidam de seus filhos, sozinhas, e essa estrutura familiar tem tido um aumento significativo na contemporaneidade, ser mãe e a principal provedora da família envolvem grandes desafios.

2.1 FAMÍLIA MONOPARENTAL NO BRASIL

A família monoparental é um conceito concernente a uma mãe ou pai solo com filhos dependentes. Esse conceito foi reconhecido como um direito pela Constituição Federal Brasileira de 1988, embora sempre tenha existido no âmbito social (Babiuk, 2015).

Diante dos diversos fatores determinantes da formação da família monoparental, destaca-se a categoria de mães solo. Nesse sentido, a maioria das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres, sendo estas muitas das vezes, as mais vulneráveis devido a condição socioeconômica, na provisão de víveres e assistência prestada aos filhos. Em decorrência das modificações na estrutura familiar é possível, compreender que as relações não seguem um modelo padrão de família. Em virtude de o patriarcado ter inserido em nossa sociedade um modelo de família apontado como espelho a chamada família tradicional, chefiada por um homem que tem a responsabilidade de adquirir o alimento e zelar pelos filhos e esposa. Atualmente, esse modelo patriarcal já não é o único modelo presente na sociedade.

Existem diversos tipos de arranjos familiares, dentre eles encontram-se as famílias chefiadas por mulheres similarmente símbolo do empoderamento feminino. Nas últimas décadas, houve um avanço significativo da presença das mulheres nos espaços sociais em que antes era restrito, a Constituição reconhece e dá o direito a mulher de exercer a sua autonomia, prescrevendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

O crescimento da chefia familiar feminina está relacionado a liberdade em responder as demandas devido à ausência do companheiro, que muitas vezes, esse rompimento se dá nas relações que não deram certo, como o divórcio, o abandono, entre outros fatores que

desestabilizam a estrutura familiar. Em geral, a mulher é automaticamente definida como a principal responsável da família.

Atualmente, no Brasil as mulheres compõem o maior percentual da população, segundo dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), paralelo a ela, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2021, aponta que a população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

Nesse cenário, a pesquisa também revelou que majoritariamente, ainda que as mulheres ocupem uma boa inserção no mercado de trabalho, por outro lado, existem tabus que precisam ser quebrados, como a desigualdade de salário e a deterioração da figura feminina. “A Pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, mostra que o Brasil tem aproximadamente 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas. Na última década, o país ganhou 1,7 milhão de mães com a responsabilidade de criarem os filhos sem a ajuda do pai” (IBRE, 2023).

Dessa forma, a monoparentalidade é configurada como uma das formas de reafirmar o processo de emancipação das mulheres na sociedade atual. De acordo com Babiuk (2015, p.3) enfatiza que,

[...] o cotidiano de muitas dessas famílias é permeado pelas várias expressões da questão social advindas do modo de produção capitalista e da divisão social e sexual do trabalho, como a dificuldade financeira, a falta de acesso à saúde, a precarização da vida, entre outros, assim como para outras famílias que são nucleares.

Essa é a realidade de mulheres provedoras, que atuam sozinhas desenvolvendo diversas atividades no cuidado com os filhos e muitas das vezes deixando de lado as suas próprias necessidades individuais. Por outro lado, a realidade dessas famílias chefiadas por mulheres, são inerentes ao desejo delas entre os desafios e estratégias que buscam superar a sua condição de vulnerabilidade social, entretanto todo esforço é pouco frente a sua realidade.

Os desafios de uma mãe vão muito além de cuidar de uma criança sozinha, pois enfrentam diversas situações no seio familiar, tais como, dificuldade financeira, doenças, problemas emocionais, além de muitos outros que isentam o suprimento de suas necessidades básicas.

Analisando a realidade das mães solas e atípicas de filhos/as com deficiência percebemos que quando não conseguem atender todas as demandas do seu cotidiano, são julgadas no âmbito social, sendo essa uma característica discriminatória, pois é muito fácil criticar quando não se conhece a realidade do sujeito, porque não tem como dá conta de tudo, ainda mais quando não se tem com quem contar.

Nesse sentido, vale ressaltar que a procura pelos serviços oferecidos no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União, na sua maioria são solicitados por mulheres, e dentre elas as mães solas e atípicas de filhos/as com deficiência. Na mesma linha de pensamento Toledo (2011, p.8) enfatiza que, “a vivência de situações incertas diante da pobreza e da desigualdade coloca a família como uma prioridade na agenda das políticas públicas”.

Conforme Ferreira (2014, p. 21):

É nesse contexto de individualização das demandas, retração de direitos sociais, que o conflito público/privado recoloca a família na cena da proteção social brasileira, passando aquela a ser o núcleo prioritário de responsabilidades para com seus membros, como recurso de enfrentamento da crise. Enquanto isso, o governo se coloca como última alternativa, reafirmando a máxima de o Estado ser mínimo para o social e máximo para o capital.

Não obstante, podemos destacar os benefícios solicitados por essas famílias que estão sob condições de vulnerabilidade social, dentre eles: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), e os Benefícios Eventuais (cesta básica, kit bebê etc.). Além disso, o socioassistencial dispõe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Mediante o exposto, conforme Leonardo e Moraes (2017, p.15),

A sociedade brasileira necessita compreender que o modo de família tradicional, ou seja, aquele constituído pelo pai, mãe e filhos já não é absoluto. Com o passar dos anos, as famílias, o Estado e a sociedade mudaram, de modo que todos precisam se conscientizar sobre a condição estrutural das famílias atuais, denominadas monoparentais, em especial àquelas chefiadas por mulheres, haja vista que compõem a grande maioria possam ter seus direitos tutelados, independentemente de sua formação.

Portanto, vimos que a dicotomia entre patriarcado e feminilização ainda são presentes na atualidade, uma vez, que as raízes provenientes da Família Monoparental sofreram modificações em sua estrutura familiar e carecem do pleno acesso aos direitos básicos das políticas sociais.

2.2 MÃES SOLO E ATÍPICAS

O termo “mãe solo”, diz respeito às mulheres que casadas ou não, ainda assim, exercem o papel da maternidade de maneira solitária, assumem todas as responsabilidades e atribuições no cuidado com seus filhos, tanto nas questões envolvendo afeto, quanto naquelas que envolvem as finanças em uma família monoparental (Borges, 2020).

Por muito tempo, as mulheres viviam sob o julgo de ter a única função de gerar filhos, de cuidar do lar e afazeres domésticos. Na atualidade, a sociedade impõe que a mulher desenvolva a maternidade, no qual se caracteriza como algo natural da mulher. Por outro lado, ainda existem preconceitos em relação às mulheres que não querem ter filhos, sendo estas discriminadas como mulheres infelizes pelo simples fato de não exercer a maternidade.

De acordo com Moraes (2011, p.51),

Olhando para a figura da mulher na sociedade, pensando em uma linha temporal, esta durante muitos anos limitou-se a vivenciar situações que as preparasse para uma boa formação para atuar como esposa e depois como mãe, tendo dessa forma a possibilidade de arranjar um bom casamento. Por não ter outro papel na sociedade e por ter essa condição sustentada pela ideia da fragilidade feminina, as mulheres acatavam tais atribuições e sobre as quais os pais e depois o marido tinham total controle. Estava à parte de todo o funcionamento social e perante esta sociedade era como se fosse invisível.

Na mesma concepção a autora destaca, o modelo estereotipado de ser mãe, onde a figura da mulher é associada mãe, mostrando o padrão estabelecido pelo patriarcado, pois desde pequenas já estão destinadas a seguir o modelo tradicional imposto pela sociedade.

Nesse sentido, as mulheres carregam um forte indício da sociedade patriarcal machista do século XX, onde os direitos civis da mulher casada, como manter relação sexual e reprodutiva, ficavam sujeitas à vontade do homem. Além disso, o casamento era visto como a única forma de se constituir uma família (Borges, 2020).

No entanto, as “mulheres que são mães, mas não estão inseridas em uma relação conjugal compõem uma numerosa realidade no Brasil, seja por meio de uma maternidade voluntária e planejada como adoção unilateral ou por técnicas reprodutivas, seja por questões socioculturais como o abandono ou a omissão paterna”. (Borges, 2020, p.1).

Atualmente, as mulheres estão alcançando novos espaços na sociedade contemporânea, demonstrando que as suas habilidades estão além do ambiente doméstico, e essas conquistas revelam que o espaço da mulher é onde ela quiser, seja na política ou na religião, pois estão cientes de seus papéis na sociedade. A cada dia a mulher vem agregando responsabilidades para além daquelas que já possui e exigem dela novas atribuições, agora não somente as tarefas domésticas, como também as atividades desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Ainda dentro desta concepção da realidade, a sobrecarga tanto física como emocional enfrentada sobre esta, pode desencadear alguns problemas para essas mulheres que desenvolvem sozinhas a responsabilidade materna, devemos considerar a relação que não deu

certo ou o abandono afetivo, quando o pai não cumpre o seu papel, o que denominamos de pai ausente, embora este esteja presente muitas vezes, é o mesmo que não estivesse, ou vice-versa.

Nesse sentido, a autora Paiva (2021, p.25) afirma que:

A presença dos genitores deve ser constante na vida dos filhos e, mesmo que isso aconteça, é necessária a atenção ao fato de que somente a presença física não basta. É imprescindível a presença e convivência sejam exercidas de maneira conexas a melhor execução das funções decorrentes da autoridade parental. Logo, a má execução das funções decorrentes da autoridade parental pode acarretar sequelas à formação sócio-psíquico-cultural da criança e do adolescente.

Dito isto, existem casos de mulheres casadas que ainda assim são as principais responsáveis por tais tarefas, vista somente como obrigação da mulher, essa é uma questão que precisa ser desconstruída e faz-se necessário, debates acerca desta realidade, que os homens também devem assumir as suas responsabilidades.

Também, para Fernandes (2022, p.29), “(...) é necessário que os pais assumam a responsabilidade de cuidar de seus filhos e os compromissos que lhes cabem nos cuidados com as crianças, pois em nossa sociedade, ainda estruturada pelo machismo, o abandono ou a falta de cuidado paterno é naturalizado, enquanto atitudes da mãe são mais facilmente condenadas”.

Além disso, a “atuação das mães solas [...] expressam a necessidade de demonstrarem a capacidade de exercitar plenamente os direitos individuais, sem subjugação de gênero e sem qualquer tipo de aprisionamento. É uma luta pela autonomia e rompimento de conceitos estereotipados da maternidade” (Silva; Cassiano; Cordeiro. p.6, 2019).

As mulheres também têm o direito de ascender profissionalmente, mesmo depois de se tornarem mães, pois cuidar de uma criança, dar conta de fazer os deveres domésticos, enquanto amamenta é uma realidade de muitas mães que atuam sozinhas no cenário brasileiro, e o desafio para conciliar a maternidade e o trabalho, ainda assim as mulheres desenvolvem um trabalho com excelência e lutam por melhores condições de trabalho, pois não devemos idealizar a realidade na qual estão inseridas.

De acordo com, Montenegro (2018, p.3),

“aponta para a necessidade de redistribuição da riqueza social e para a construção de formas coletivas de reprodução social, chamando a atenção para que o trabalho de cuidado ganhe uma dimensão política na agenda dos movimentos por justiça social”.

Contudo, podemos concluir que as diferentes relações atribuídas ao conceito de mães solas, estão relacionadas com às constantes transformações no âmbito social, valendo-se do pressuposto de que estas são subjugadas pelo modelo tradicional. Infelizmente ainda existe em

nossa cultura a crítica sobre o papel da mulher, quando não desenvolve a sua função como deveria, sendo para o sexo oposto uma isenção perante as suas responsabilidades paternas.

Conforme o exposto sobre a maternidade, não poderíamos esquecer de falar a respeito da maternidade atípica que também é um grande desafio, pois lidar com a criação de uma criança que necessita de cuidados específicos sozinha não é uma tarefa fácil, e isso muda toda a trajetória de vida de uma mãe, sabemos que existem políticas públicas, mas infelizmente não são implementadas como deveria ser.

A figura da "mãe atípica", termo emergente na contemporaneidade, traz à tona a pluralidade e diversidade de experiências maternas, rompendo com os estereótipos tradicionais e homogêneos de maternidade” (Jesus, 2023, p.8). A maternidade não deve ser romantizada, bem como pontua a autora que “a maternidade, por si só, é uma jornada repleta de nuances e peculiaridades que desafiam as convenções estabelecidas”.

Partindo dessa concepção, os desafios que uma mãe enfrenta para garantir que o direito do seu filho seja assegurado, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando se trata de mãe atípica. A sobrecarga sobre essa mãe é pesada, porque muitas das vezes, elas cuidam dos filhos, sozinha, não contam com o apoio do companheiro, por que ele não aceita que o filho possua deficiência, em outros casos, abandona a família. Esta é uma triste realidade presente no cenário brasileiro, tendo em vista, que essa tarefa de cuidado é destinada pela sociedade como papel exclusivo somente da mulher.

Diante disso, “é comum que o cuidado para com os filhos seja atrelado mais frequentemente como atribuição das mulheres, o que mostra uma naturalização da falta da participação dos pais em tais responsabilidades, e isto explica em parte o abandono paterno e os descasos financeiro e emocional, mas não os justifica. Por outro lado, da mãe é cobrado o extremo zelo e cuidado como sendo algo natural e obrigatório a ela, uma romantização da maternidade” (Fernandes, 2022, p.33).

De acordo com a Rádio Câmara (2023) “Maternidade atípica é um termo que tenta chamar a atenção da sociedade para as necessidades da mulher que cuida de pessoas com deficiência. Para que todos percebam que ela também precisa de cuidados. (...) O termo maternidade atípica ainda está em construção. Algumas mães se identificam com ele; outras rejeitam o rótulo. Mas todas concordam que elas também precisam de apoio e de cuidado”.

“A jornada dessas mães é, em muitos aspectos, uma trilha ainda pouco percorrida pela sociedade, uma vez que este tipo de maternidade desafia as expectativas convencionais de

criação e desenvolvimento de uma criança, solicitando a essas mães uma profunda reavaliação de seus planos, sonhos e percepções” (Jesus, 2023, p.9).

Neste sentido, “o papel da mãe no contexto familiar é o de detentora do cuidado integral, ou seja, aquela que não mede esforços para proporcionar o melhor aos filhos, especialmente quando este apresenta alguma deficiência. Diante desse contexto, ela passa a sofrer uma imposição social para exercer esse papel de forma imperiosa, muitas vezes, tendo que abdicar de sua própria vida pessoal, social e profissional, a fim de contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento saudável dos filhos” (Guerra *et al.* 2015, p.460).

“Existe um provérbio africano que diz assim: ‘É preciso uma aldeia para educar uma criança’. A mãe, por vezes, é a única integrante dessa aldeia. É ela quem lida com a negativa de matrícula nas escolas e a falta de inclusão. É ela quem recebe a negativa do plano de saúde e corre atrás de assegurar as terapias. É ela quem lida com a dor de ver a criança chorando pelo afastamento do pai, pelo afastamento das outras crianças no parquinho, dos familiares que as ignoram. É ela quem lida com as crises, com as idas aos hospitais e com a dor de quem é excluído. (...) A maior preocupação de uma mãe atípica é de quem ficará com seu filho quando ela não estiver mais aqui”. (Rádio Câmara, 2023)

Quando se tem uma criança com deficiência o cuidado é dobrado, porque isso faz parte do instinto materno, a mãe se doa totalmente aquele filho, essa sobrecarga também pode contribuir para o adoecimento físico e mental dessa mãe. “Além da sobrecarga física e emocional, deixar a responsabilidade do cuidado apenas nas mãos das mulheres gera também desigualdades” (*idem*, 2023).

Com base na discussão realizada, é possível compreender que o cuidado sempre recai sobre a mãe seja solo ou atípica, é uma luta diária para garantir que o filho tenha os direitos básicos assegurados, e uma realidade presente em nossa sociedade. Como descrito neste capítulo a maternidade é um desafio, e quando se tem uma criança com deficiência é exaustivo para essa mulher, por que ela tem que atender a necessidade do filho e suas próprias necessidades também.

2.3 DESAFIOS NO CUIDADO DE FILHOS COM DEFICIÊNCIA POR MÃES SOLO E ATÍPICAS

O termo Pessoa com Deficiência (PCD), corresponde a qualquer sujeito impossibilitado de desenvolver atividades físicas ou intelectuais ao longo de sua vida. De acordo com a LEI n.º

13.146, de julho de 2015, dispõe em seu artigo 2 “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo de natureza física, mental intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Nesse sentido, “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, em reunião da Assembleia Geral para comemorar o dia dos Dia dos Direitos Humanos, é um marco para muitos militantes da justiça e equidade sociais e para seu público destinatário. Em 1891, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente também representou um divisor de águas, fazendo o Brasil avançar muito no atendimento às pessoas com deficiência, no modelo de integração, vigente naquele período. Com o tema elevado à categoria de tratado do direito internacional, a Convenção surgiu para promover, defender e garantir condições de dignidade e a emancipação dos cidadãos e cidadãs do mundo que apresentam alguma deficiência” (Brasil, 2007, p.8).

“A princípio, o percurso histórico das pessoas com deficiências no Brasil, assim como ocorreu com as civilizações mais remotas em todas as demais partes do mundo, foi assinalado por uma fase inicial de eliminação e de exclusão, deixando à margem da sociedade este segmento, percebido, historicamente como constituído por pessoas incapazes e/ou doente” (Pereira e Saraiva, 2017, p.177-178).

Dessa forma, a Constituição Federal Brasileira de 1988, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social sobre a coordenadoria nacional de integração da pessoa com deficiência que institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define e dá outras providências. Além disso, ela ressalta a importância de um conjunto de direitos voltados para a pessoa com deficiência, como exemplo, estabelece a garantia de um salário-mínimo mensal, e exige que o Estado ofereça atendimento especializado.

Semelhantemente, podemos destacar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao Adolescente. De acordo com a LEI n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 estabelece no Art. 3º que,

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e felicidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (ECA, 1990, p.11).

Diante do exposto supracitado acima, é crucial ressaltar a importância dos direitos previstos em lei, tendo em vista que os direitos pautados a esses grupos devem ser assegurados em detrimento das causas sociais que condicionam esses sujeitos a realidade vivenciada.

Além disso, o Estatuto também enfatiza no artigo 4º que,

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990, p.11).

Não somente, mas também, acentua-se no artigo 7º que, “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (ECA, 1990, p.12).

Os serviços de saúde prestados a mãe e o filho sempre estarão presentes no cuidado ao filho com deficiência. As formas dos cuidados influenciam na construção e realização, promovendo a garantia dos direitos dessas mães e seus filhos, além do mais, no Art. 8º:

“É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde” (ECA, 1990, p. 12).

Diante da trajetória percorrida pelas pessoas com deficiência, da árdua luta por seus direitos, de uma pessoa digna de respeito com vista na inclusão social, com a Promulgação da Constituição Federal de 1988, no qual representa a efetiva integração social das pessoas com deficiência, ainda assim, existem barreiras que dificultam o acesso a esses direitos, haja visto, que a pessoa com deficiência atualmente, ainda sofre com os estigmas provocados pela sociedade contemporânea.

Primeiramente, é preciso considerar que o filho com deficiência necessita de cuidados específicos e essa tarefa em sua maioria recai sobre a figura materna. A sobrecarga sobre essa mãe, traz impactos em todos os sentidos, seja no aspecto emocional ou mental, devido ao desgaste dessa mãe cuidadora nesse processo. O contexto em que está inserida é muitas vezes um espaço de conflitos no âmbito doméstico e familiar, isto é, uma realidade presente no cotidiano de muitas famílias.

Além disso, “o cotidiano das mães cuidadoras requer, portanto, apoio e serviços diferenciados de proteção social que acolham e incorporem as suas demandas e evitem situação de vulnerabilidade e risco de terem seus vínculos fragilizados ou rompidos” (Cruz, 2011, p.81).

A desigualdade na responsabilização do cuidado tem sobrecarregado especialmente a mulher, sobretudo mãe, que influenciam na estrutura familiar. Não esquecendo que a mesma também necessita de cuidados. Nesse sentido, a autora Montenegro (2018) enfatiza, “a compreensão do cuidado como direito social, havendo necessidade de participação e apoio das esferas públicas, especialmente das políticas de saúde e de assistência social” (Montenegro, 2018, p.15).

3 CAPÍTULO III – O TRABALHO NO CRAS UNIÃO JUNTO AS MÃES SOLO E ATÍPICAS

Neste capítulo iniciaremos tratando do trabalho realizado por assistentes sociais no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS União de Parintins-AM, buscando apresentar sobre a Política de Assistência, o Equipamento Socioassistencial e os processos de trabalho desenvolvidos pelas assistentes sociais. Em seguida, nos dedicamos também a apresentar os dados coletados a partir dos elementos documentais e da entrevista semiestruturada. Portanto, será feito uma triangulação dos dados com base nas declarações dadas pelas entrevistadas, e para assegurar o sigilo, foram escolhidos nomes fictícios.

3.1 O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS

A prática profissional dos assistentes sociais tem sido um tema de extrema relevância em discussões que visam a formulação de estratégias profissionais, no âmbito das políticas públicas, que possam atender as demandas de causas sociais. Com as constantes transformações contemporâneas que afetam diretamente o mercado de trabalho, percebemos que os processos contínuos provocam reformulações profundas no Estado e principalmente no planejamento, execução, preparo e controle de políticas sociais, em que a inserção do profissional da assistência social torna-se necessária no âmbito das políticas públicas.

Com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua crescente expansão em todo território nacional, houve um aumento significativo da participação dos assistentes sociais no mercado de trabalho e demais profissionais atuantes nessa área. Por outro lado, a precarização das condições em que esta profissão se realiza, levando em consideração o estatuto do trabalhador assalariado, cujo regimento diz respeito a subordinação, à toda e quaisquer forma de alienação que tornam privado de sua autonomia e técnica profissional, devem ser assegurados por uma eficiente estrutura profissional, que possa dar melhores condições de trabalho dentro do que estabelece o estatuto legal.

Frente a essa realidade, os assistentes sociais vêm desenvolvendo suas estratégias que estão inseridas no âmbito da elaboração, execução e avaliação das políticas públicas. De acordo com CFESS (2011, p. 19),

são essas competências que permitem ao/à profissional realizar a análise, para, a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e atribuições específicas

necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano.

Nesse sentido, ainda que as políticas públicas de assistência social seja um campo multiprofissional e interdisciplinar, pode-se afirmar que está se constitui no contexto histórico como uma das principais profissões reconhecidas socialmente e auto reconhecida quando, no âmbito dos direitos sociais, esta assegura os direitos humanos. Com a contribuição das políticas sociais, e a extrema relevância que está possui na inclusão dos usuários como sujeitos de direitos, quando estes, na liberdade de opinar e indagar sobre sua realidade vigente, desta forma, podemos prescrever a articulação de um trabalho democrático.

De acordo com o CFESS (2012, p. 54-55), enfatiza que a,

Assistência social nas esferas nacional, estadual e municipal, além dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e ao adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Não obstante, o Código de Ética do Profissional dos assistentes sociais, aprovado em 15 de março de 1993, com as alterações introduzidas pelas resoluções do CFESS n.º 290/94 e 293/94, estabelece no âmbito profissional os assistentes sociais devem: contribuir para viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais; contribuir para criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados. (CFESS, 2012).

“Por outro lado, o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social” (Iamamoto, 2009, p.8).

Neste sentido, o CFESS (2012, p.60) enfatiza que,

“os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e venda. Enquanto os direitos sociais são fruto de lutas sociais e negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal [...]”.

Como exemplo, podemos usar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) União, no qual é uma Instituição que presta serviços contínuos da proteção básica para as famílias que se estão em situação de vulnerabilidade social.

Nestas Instituições de amparo social, é válido ressaltar os profissionais da assistência que atuam na elaboração, no planejamento e execução de políticas públicas que viabilizam o acesso aos direitos, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos sejam assegurados, dentre estes podemos destacar a saúde, previdência e a assistência social, movido pela ampliação e efetivação dos direitos da população.

Deste modo, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a inclusão da pessoa com deficiência e o compromisso de garantir seus direitos e verificar alternativas que possam suprir suas necessidades, tornaram-se essenciais na luta pelos direitos humanos. Um profissional ciente de suas atribuições, que reconhece os usuários como sujeitos de direitos que estão inseridos na política, compreende que suas atribuições se realizam quando a conexão entre o serviço, o usuário e o profissional. Para Berwing (2018, p.3), a “pesquisa em Serviço Social que constitui um dos maiores desafios do fazer profissional diante das constantes alterações no campo das relações sociais e das demandas no cotidiano profissional dos assistentes sociais”.

Ademais, é válido ressaltar que o aprimoramento do assistente social na garantia do direito do sujeito consolida o compromisso ético e político, pois modifica a realidade e transformar o sujeito em autor de sua própria história (Tavares, 2010 apud MUNHÓS e PEREIRA, 2015).

Contudo, apesar dos desafios e limites aqui pontuados, a importância da prática profissional dos assistentes sociais em adquirir habilidades técnicas, que vão desde a articulação e implementação de políticas públicas no âmbito social e principalmente no atendimento a pessoa com deficiência, devem contribuir para o fortalecimento das ações, bem como na mediação e intervenção na relação entre a comunidade e o profissional.

3.2 O CRAS UNIÃO E O TRABALHO REALIZADO JUNTO AS MÃES EM PARINTINS-AM

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União foi inaugurado juntamente com a Estação Cidadania João do Carmo no dia 14 de outubro de 2019 na cidade de ParintinsAM. Parintins é a segunda maior cidade do estado do Amazonas, com população de 96.372 habitantes, fica situada à margem do rio Amazonas na Região do Baixo Amazonas. A

cidade é conhecida pelo festival folclórico dos Bois Garantido e Caprichoso. Tem como principal marca de expressão da questão social o desemprego e o emprego informal, em especial realizado pela população no período do festival ocorrido no mês de junho, onde homens e mulheres trabalham principalmente em atividades como vendas de alimentos e artesanatos nas noites da festa, ou como tricicleiros (transporte local por meio de bicicleta que chega a levar até 6 pessoas) e moto- táxi neste mesmo período.

Em relação ao CRAS União, a equipe socioassistencial conta com uma equipe multidisciplinar composta por 4 (quatro) assistentes sociais, 2 (duas) pedagogas, 1 (uma) coordenadora; 3 (três) auxiliar administrativo e 3 (três) orientadores sociais. O CRAS é uma Instituição que presta serviços continuados da proteção social básica tendo “por finalidade prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, com fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários”. (Brasil, 2012).

Durante o período de estágio na Instituição, observou-se que a maioria dos usuários vão em busca dos benefícios eventuais, sendo esses benefícios visto pelos usuários muitas vezes como ajuda e não como um direito. Dentre esse público, encontram-se as mães solas e atípicas de filhos com deficiência que são acompanhadas pelo CRAS União, dos bairros União, Paulo Corrêa e Ocupação Castanhal.

Os serviços que compõem a assistência social no atendimento prestados a essas mães estão o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), bem como as ações de acolhimento, oficinas, ações comunitárias e particularizadas com as famílias atendidas pelo socioassistencial.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é um programa do Governo Federal cujo objetivo consiste no trabalho social com as famílias, este Serviço, “tem se solidificado, tornando-se a principal referência da política de assistência social na garantia de acesso dos seus usuários às informações, aos bens, aos serviços, aos direitos socioassistenciais e às demais políticas setoriais e de defesa de direitos, exatamente como contraponto à invisibilidade do público e à naturalização da pobreza e das desigualdades em suas múltiplas dimensões: sociais, econômicas, políticas e culturais” (Brasil, 2012, p. 5-6).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) complementa o PAIF no trabalho social com as famílias, visando o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, além de promover a inclusão e a troca de experiências entre os usuários, assim como desenvolver o sentimento de pertencimento e de identidade dos participantes. É importante

ressaltar que este serviço preserva a diversidade existente nas relações sociais, assim como garante a participação das pessoas com deficiência.

Atualmente a Instituição está dando maior visibilidade para esse público, de acordo com os dados coletados a assistente social responsável que trabalha com os PCDs, bem como a coordenadora, tem o apoio do Núcleo Girassol e da Estação Cidadania estão desenvolvendo atividades e oficinas com as crianças com deficiência como a oficina de pintura em tela. Sendo essa uma das estratégias usadas para atrair as mães com a finalidade de que elas também participem e encontrem no CRAS um apoio, as oficinas que o CRAS oferece de artesanato, corte e costura, dentre outras, que podem complementar na renda familiar.

Este Serviço é pautado na defesa dos direitos e no desenvolvimento das potencialidades dos usuários, tendo em vista alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais. O CRAS União tem como áreas de abrangências o Bairro da União, Loteamento Teixeirão, Ocupação do Castanhal, e atualmente algumas áreas do Bairro de Paulo Corrêa.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais, (2014, p.12):

“Realiza ações com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, à adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para a troca de experiências, expressão de dificuldades e de reconhecimento de possibilidades”.

Em particular, tratando-se do trabalho desenvolvido pelo assistente social no CRAS União, junto as mães são através dos serviços do PAIF e SCFV, dentre estes serviços podemos destacar os atendimentos, as palestras, conferências, visitas domiciliares e ações que ocorrem em datas comemorativas voltadas ao Dia Internacional da Mulher, agosto Lilás dentre outros.

Nesse sentido, apresentaremos a seguir as Tabelas 01, 02 e 03, contendo a Ficha de Acompanhamento do PAIF das usuárias mães solas e atípicas atendidas pelo CRAS União nos bairros de área de abrangência, de modo a identificar o perfil socioeconômico dessas mães. Essa análise foi realizada a partir da “Ficha de Acompanhamento do PAIF” das referidas mães, na qual foi possível identificar a composição familiar, a faixa etária, o estado civil, renda e se recebem o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada.

Tabela 1: Ficha de Acompanhamento do PAIF - Ocupação Castanhal de 2019 a 2022

| IDADE | EST. CIVIL | C.F | ESCOLARIDADE | RENDA | BENEFÍCIO |
|-------|---------------|-----|--------------|------------|------------|
| 45 | União Estável | 4 | E.F.I | R\$: 400 | B.F |
| 31 | Solteira | 4 | E.M.I | R\$: 400 | B.F |
| 34 | União Estável | 5 | E.M.I | R\$: 1.045 | B.P..C |
| 19 | Solteira | 2 | E.F.I | R\$: 00,00 | NÃO POSSUI |

Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

Tabela 2: Ficha de Acompanhamento do PAIF – Paulo Corrêa de 2019

| IDADE | EST. CIVIL | C.F | ESCOLARIDADE | RENDA | BENEFÍCIO |
|-------|------------|-----|--------------|----------|-----------|
| 30 | Solteira | 6 | E.F.I | R\$: 400 | B.F |

Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

Tabela 3: Ficha de Acompanhamento do PAIF – União de 2019 a 2022

| IDADE | EST. CIVIL | C.F | ESCOLARIDADE | RENDA | BENEFÍCIO |
|-------|---------------|-----|--------------|---------------|------------|
| 23 | União Estável | 4 | E.F.I | R\$: 360,00 | B.F |
| 22 | Solteira | 2 | E.F.I | NÃO POSSUI | B.P.C |
| 37 | Solteira | 3 | E.F.I | R\$: 1.045,00 | B.P.C |
| 30 | União Estável | 5 | E.F.I | NÃO POSSUI | B.F |
| 45 | Solteira | 4 | E.F.I | NÃO POSSUI | NÃO POSSUI |
| 33 | União Estável | 3 | E.M.C | NÃO POSSUI | B.F |
| 30 | União Estável | 4 | E.S.C | R\$: 1.045,00 | B.P.C |
| 40 | Solteira | 4 | E.F.C | R\$: 600,00 | B.F |
| 51 | Casada | 9 | E.M.I | R\$: 500,00 | B.F |
| 33 | Solteira | 2 | E.M.C | R\$: 130,00 | B.F |
| 45 | Solteira | 4 | E.F.I | NÃO POSSUI | B.P.C |
| 28 | União Estável | 5 | E.M.I | R\$: 200,00 | B.F |
| 24 | Solteira | 6 | E.M.C | R\$: 410,00 | B.P.C |
| 33 | Solteira | 3 | E.M.C | R\$: 600,00 | B.F |
| 42 | Solteira | 6 | E.M.C | NÃO POSSUI | B.P.C |

| | | | | | |
|----|----------|---|-------|---------------|-------|
| 28 | Casada | 4 | E.M.C | R\$: 1.212,00 | B.P.C |
| 26 | Solteira | 6 | E.F.I | R\$: 1.212,00 | B.P.C |

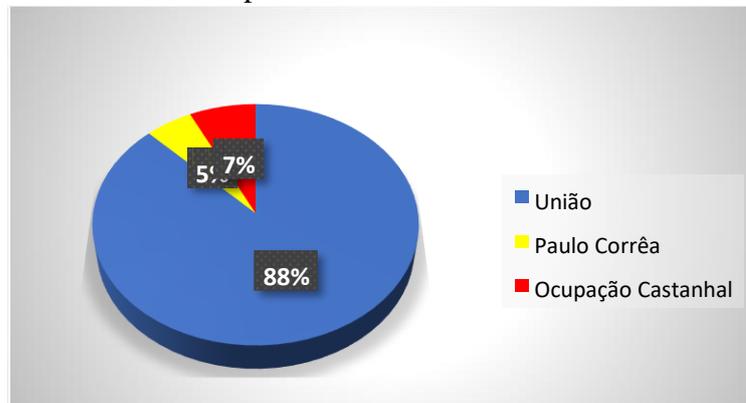
Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

Como podemos observar nas tabelas acima, o perfil das mães atendidas nos bairros das áreas de abrangência é de baixa renda, e a maioria recebe o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família, além disso, podemos observar que o grau de escolaridade oscila, e quanto ao estado civil 12 (doze) declaram-se solteiras.

A partir dos dados da Ficha de Acompanhamento do PAIF das usuárias mães solas e atípicas dos anos 2019 e 2022, para uma melhor compreensão dos dados obtidos utilizamos três gráficos relacionados ao acompanhamento do PAIF, Benefício do Governo Federal e Grau de escolaridade das usuárias.

A seguir o gráfico 01 irá mostrar o total de acompanhamento das áreas de abrangência do CRAS, sendo 88% das usuárias do bairro da União, 5% das usuárias do bairro de Paulo Corrêa e 7% da Ocupação Castanhal.

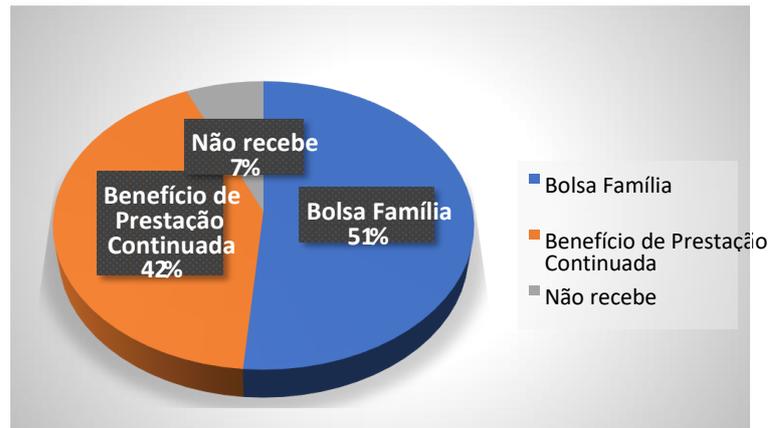
Gráfico 01: Ficha de Acompanhamento do PAIF das mães solo 2019 a 2022



Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

Conforme mostra o gráfico abaixo, 51% das mães solo e atípicas recebem o Bolsa Família e 42% recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), apenas 7% das usuárias não recebem nenhum benefício e contam com a ajuda de familiares.

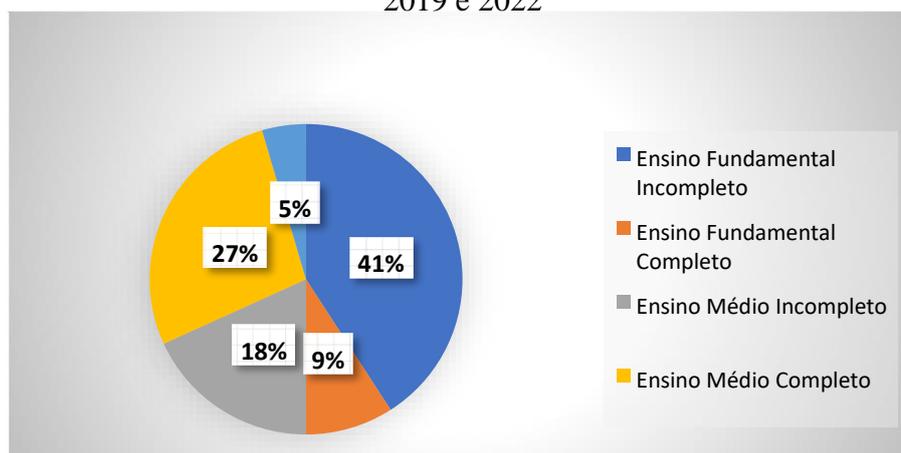
Gráfico 02: Usuárias mães solo que recebem o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada entre os anos de 2019 e 2022



Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes

Relativamente ao grau de escolaridade apresentado no gráfico 03, é possível identificar que 41% das usuárias mães solos não concluíram o Ensino Fundamental; 9% concluíram o Ensino Fundamental; 27% possuem o Ensino Médio Completo; 18% não concluíram o Ensino Médio e 5% têm o Ensino Superior.

Gráfico 03: O grau de escolaridade das usuárias mães solos acompanhadas pelo PAIF entre 2019 e 2022



Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

O segundo momento consistiu nas entrevistas semiestruturadas direcionada as 4 (quatro) assistentes sociais que atuam no CRAS União. O intuito da entrevista foi compreender a percepção das profissionais sobre o trabalho realizado junto as mães na Instituição.

Neste sentido, apresentaremos a seguir os dados coletados na entrevista realizada com às profissionais, levando em consideração as três dimensões relacionados ao perfil, trabalho do assistente social, as ações e estratégias.

3.3 O ATENDIMENTO DAS MÃES DE FILHOS COM DEFICIÊNCIAS NO CRAS UNIÃO EM PARINTINS-AM

Tratando-se do trabalho desenvolvido pelo assistente social no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União, cujo objetivo é identificar as estratégias que o socioassistencial realiza junto as mães com base nas entrevistas realizadas.

Primeiramente, será abordado sobre o perfil das assistentes sociais de acordo com a tabela abaixo.

3.3.1 DIMENSÃO 01: O PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS

Conhecer o perfil do profissional é relevante, porque nos permite apreender sobre as questões sociais com base teórico-metodológica que faz parte desse processo de conhecimento no contexto social. O assistente social é um profissional qualificado para atuar em diversas áreas, seja na execução, no planejamento, na gestão ou na assessoria dentre outros, cujo principal objetivo é atender as demandas dos usuários, na garantia do acesso aos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, este profissional é caracterizado pela sua competência e intervenção nas políticas públicas, o qual contribuem para que sejam efetivadas.

Tabela 04: Perfil das assistentes sociais do CRAS União

| PERFIL | ASSISTENTE 01 | ASSISTENTE 02 | ASSISTENTE 03 | ASSISTENTE 04 |
|--------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------------|
| Nome Fictício | Margarida | Jasmim | Rosa | Girassol |
| Data de nascimento | 01/12/1982 | 19/03/1979 | 04/10/1993 | 27/01/1991 |
| Sexo | Feminino | Feminino | Feminino | Feminino |
| Naturalidade | Parintins | Parintins | Parintins | Parintins |
| Autodeclaração | Parda | Parda | Parda | Parda |
| Estado civil | Solteira | Solteira | Solteira | Divorciada |
| Religião | Católica | Católica | Católica | Adventista do 7º dia |
| Instituição e ano de formação | Unopar/2020 | Unopar | Ufam/2017 | Ufam/2014 |

| | | | | | |
|-----------|------|-----|-----|-----|-----|
| Possui | pós- | Não | Sim | Sim | Não |
| graduação | | | | | |

Fonte: Elaborada pela própria autora, Gomes (2023).

O primeiro aspecto mencionado nas entrevistas refere-se ao perfil das profissionais, conforme apresentado na tabela 04, trata-se de mulheres com idades de 30 a 44 anos, declaradas pardas, 3 (três) delas são solteiras e 1 (uma) é divorciada, declaram-se religiosas sendo 3 (três) de religião católica e 1 (uma) evangélica. Em relação à formação profissional 2 (duas) são formadas na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e 2 (duas) na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E referente a pós-graduação uma possui especialização em Direito e Proteção Social e a outra em Serviço Social em Educação.

Iamamoto (2009) ao comentar sobre o perfil profissional, argumenta que é necessário ter uma visão crítica da realidade, para atender e orientar as demandas que perpassam a vida de seus usuários, a partir do Movimento de Reconceituação que a profissão rompe com as práticas tradicionais e assume o comprometimento com a prática profissional.

3.3.2 DIMENSÃO 02: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A respeito do trabalho das assistentes sociais no CRAS União, foi indagado sobre “os principais desafios e as estratégias que o assistente social utiliza para atender as famílias nos programas sociais?”. Podemos observar no depoimento abaixo:

“Bom, os principais desafios é trazer essas famílias aqui para participarem dos serviços além do serviço de cadastramento, porque o serviço aqui do CRAS ele não se resume a cadastro único, né. Os principais serviços são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, né. Que aí a gente vai trabalhar fortalecimento de vínculos, vai trabalhar a questão também das atividades, os cursos, né. Que a gente oferta aqui pelo CRAS de geração de emprego e renda porque seu principal foco do trabalho do CRAS é esse, é fazer com que esses indivíduos, né, consigam aí a sua autonomia, e sair dessa situação de pobreza de vulnerabilidade social, né. Então, assim, o principal desafio é esse. E a estratégia que a gente utiliza, né. É fazer é atividades aqui que a gente possa estar chamando eles a questão da busca ativa né. A gente tem tentado também se reinventar né. A gente criou esse ano aqui o CRASFÉ né. Que a gente chama, convida essas famílias pra virem, oferece um café, a gente oferece roda de conversa, né. Nós estamos trabalhando também com os grupos aqui, né. Tem os grupos da gestante que eu sou a responsável, tem o grupo dos PCDs, idosos, quilombolas, indígenas, LGBT. Então, é uma forma também da gente atrair eles pra que eles possam conhecer as atividades que a gente oferece aqui pelo CRAS. E esse ano já é uma inovação também já pensando nisso em atrair eles, né” (Girassol, 2023).

De acordo com o depoimento da assistente social Girassol, um dos principais desafios é fazer com que as famílias participem dos serviços e atividades que o CRAS oferece, pois, procuram o equipamento somente para fazer atualização do Cadastro Único. Os programas que buscam trabalhar essa questão mencionados pela entrevistada é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sendo assim a definição de trabalho social com as famílias, de acordo Brasil (2012, p.13),

“conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir de reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência”.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um Serviço de Proteção Social Básica do SUAS é complementar ao PAIF, cujo objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, busca o desenvolvimento das potencialidades do usuário. E como estratégia adotaram o CRASFÉ que é oferecido a cada mês e é uma forma dos usuários participarem dessas rodas de conversas e é falado sobre os serviços, cursos e atividades que o CRAS oferece para geração de emprego e renda, o objetivo é trabalhar o fortalecimento de vínculos dessas famílias para que a mesma alcance a sua autonomia e saía da situação de vulnerabilidade social.

Com base no estudo realizado por Yamamoto (2009), o profissional realiza o trabalho multidisciplinar para melhor atender as demandas que chegam à Instituição. Neste sentido, o assistente social atua na intervenção das expressões da questão social, oriundo da sociedade capitalista, onde ocorre o agravamento das condições de vida da classe subalterna.

Em segundo momento, foi feito um levantamento do qual diz respeito ao “acesso dos PCDs e da família nas políticas sociais do município?”. De acordo com os depoimentos supracitados a seguir:

“O acesso a eles? Olha é uma coisa que vem sendo trabalhado né, a cada ano né. E eles recebem esse BPC, eles têm o benefício. E eu na verdade, eu como profissional da área eu achava que eles deveriam ter muito mais. Porque a família pobre, a família que precisa, a família que são cinco membros familiares e entre eles tem um deficiente e aí eles recebem uma Bolsa Família e o salário de quando eles conseguem colocar

essa criança para receber o benefício né, do BPC e geralmente, para o Bolsa Família pra ficar naquele salário. Eu acho que é pouco, deveria ter muito mais, né. Era para ser trabalhado porque eles não, não só comem, mas precisam de outros atendimentos, né. Apesar que já existe também, né. Tem aqui o **Núcleo Girassol, que está no CRAS e hoje nós estamos trabalhando também com ele, né. Estamos tentando trazer pra acompanhá-los e interagir com eles, né. Trabalhar também a família, todo o acompanhamento familiar**” (Margarida, 2023).

“Como eu falei, como agora teve essas mudanças os PCDs hoje, eu posso dizer que eles estão sendo mais trabalhados do que antigamente, né. Nessa questão estamos tendo aqui e está tendo uma visibilidade melhor porque antes os PCDs os pais só traziam pra querer o benefício que é o BPC né. Que é o da assistência, então hoje em dia **nós aqui do CRAS nós oferecemos os serviços, umas oficinas e dentro desse serviço estamos fazendo parceria com o Girassol**, eles também vêm acompanhar já que o público deles, é esse, né. Aí estamos também com a questão da equipe volante, a equipe volante vai voltar justamente a fazer essa procura desse público porque a gente sabe que muitas das vezes o sol é o primeiro né. Está muito quente para trazer a criança ou o adulto e geralmente eles ficam confinados nas suas casas, então a gente vai fazer o retorno da equipe volante que é pra levar o acesso dessa política de assistência até eles pra eles não ficarem desamparados” (Jasmim, 2023).

“Eu acho assim é que tem tido um avanço, né. A meu ver, por quê? Porque hoje você sabe que **dentro do município nós estamos com o Núcleo Girassol** que ele já está com dois anos aí, de existência, então assim acredito que foi uma grande conquista para esse público né. Para suas mãezinhas, inclusive eu acho que falta também a questão mais de divulgação, né. Muitas famílias ainda não conhecem esse serviço e aqui dentro do CRAS também a gente trabalha a questão da inclusão dos PCDs, tem oficina agora também, inclusive a Margarida, ela tá aí também ajudando com esse público, né. Que é a questão dos PCDs, **trabalhar oficinas com eles, a questão da inclusão**, a inclusão da família, né. Até mesmo quando a gente faz atendimentos com a família aqui já pergunta no PAIF, né. Você tem alguma pessoa com deficiência, né, que é uma forma também de a gente conhecer, a gente poder orientar essa família também quanto aos direitos, né. **Tem novas leis que talvez eles não conheçam e a gente quando a gente já sabe a gente comunica a família também, aí é uma forma da gente também estar democratizando essas informações novas que surgem né.** E está repassando as famílias também” (Girassol, 2023).

Conforme os depoimentos das assistentes sociais acima, observou-se o avanço da pessoa com deficiência na sociedade, mas que ainda precisa ter uma visibilidade melhor a esse público. Neste sentido, é perceptível a partir destas falas que em relação às famílias de acordo com Guerra *et al.* (2015, p. 460),

A família, que até determinado momento tinha segurança e sabia qual seu papel perante o nascimento de uma criança, quando se defronta com um diagnóstico de deficiência, começa a exprimir mudanças em seu comportamento e traz à tona uma série de complicações advindas de sentimento de culpa, rejeição, negação ou desespero, modificando as relações familiares e sua própria estrutura.

O Núcleo Girassol mencionado pelas entrevistadas está localizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Santa Rita no bairro de Nazaré, é um parceiro do CRAS União com o objetivo de trabalhar a família na realização do acompanhamento familiar

que também faz parte do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, “que consiste em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, que pressupõem a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar – com objetivos a serem alcançados, a realização de mediações periódicas, a inserção em ações do PAIF, buscando a superação gradativa das vulnerabilidades vivenciadas” (Brasil, 2012, p.54).

Assim como o acompanhamento familiar que exige um olhar singular para essas famílias, é necessária fazer uma análise adequada e não preconceituosa dos novos arranjos familiares, assim como reconhecer que o Estado tem o dever de ofertar serviços que ampliem a sua capacidade protetiva (*idem*, 2012).

Em terceiro momento, também foi questionado sobre “as recorrentes demandas junto as mães solas e como este tema tem sido trabalhado?”. É possível observar nos depoimentos que no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União é recorrente a demanda de mães solas, pois muitas das vezes o companheiro abandona a família, ou quando sabe que a criança possui alguma deficiência tem preconceito e não aceitando a mesma. Por outro lado, mesmo estando em um relacionamento a sobrecarga das atividades domésticas em cuidar dos filhos recai sobre a figura feminina. Neste sentido, as profissionais buscam trabalhar essa questão do acolhimento na inclusão dessas mães nas oficinas e nas rodas de conversas. Como relatados a seguir:

“Tem muitas sim, porque **geralmente o pai abandona quando sabe que a criança tem alguma coisa, eles sempre deixam e a mãe que se vira, né**. E tem sido trabalhado o acompanhamento” (Margarida, 2023).

“Sim. (...) Essa questão ainda está sendo inovador, talvez até pra gente porque a gente só trabalhava daquela questão de dar e o pessoal só vim através da atualização, agora não, a gente está trabalhando com eles pra inserir eles mesmo dentro da sociedade porquê de uma certa forma os PCDs acabam ficando excluído. **Aí talvez seja por isso que a família talvez não traga para o meio porque a gente sabe que existe ainda o preconceito** e tudo mais. Então o que acontece a gente está fazendo esse trabalho minucioso igual o de formiguinha, mas que a gente quer justamente fazer com que ele dei um upgrade” (Jasmim, 2023).

“(...) **sempre quando as mães vêm, a gente tenta trabalhar essa questão assim de reforçar pra elas que essa deficiência, ela não vai incapacitar o filho dela, dependendo, né. Da deficiência que ele tiver, né?** Mas que ele pode também ter uma vida é normal, né. Dentro das possibilidades, né. Então assim, **é um tema que a gente tenta sempre essa questão de acolher essa família**. Porque a gente entende que não é fácil ter uma pessoa com deficiência, né. (...). Então assim aqui o nosso atendimento a gente procura muito ter um atendimento acolhedor sabe? Acolher essa família orientar né, e repassar aquilo que a gente sabe pra elas né. Para que elas possam também é recorrer a nós, quando precisarem e saber que aqui elas vão ter, né. Uma acolhida, vão ter uma orientação correta” (Girassol, 2023).

Com base no estudo realizado por Paiva (2021), em relação ao abandono a ausência do pai da criança ocasiona a falta de afeto, cuidado, proteção, ocasionando um trauma afetivo na vida criança. Tendo em vista, o abandono e rejeição que o indivíduo leva para si ao longo da vida. Na fala das assistentes sociais é possível observar que elas buscam trabalhar a família, de mostra que as usuárias não estão sozinhas e que no CRAS elas têm um apoio e que os filhos não serão excluídos.

Em quarto momento, foram levantadas questões sobre “as principais demandas das mães solas, vinculadas ao setor de atendimento do serviço social?”. Conforme o depoimento das assistentes sociais a seguir:

“Bom, antigamente o dos que eu atendi vinham atrás de cesta básica, de remédio, encaminhamento para a saúde que às vezes não tem nos postos de saúde, aí tem que fazer a compra, né. E muitas das vezes a família ou a mãe que realmente não tem, porque é muito ruim assim, no caso a mãe solo com a criança com deficiência porque pra gente sair pra trabalhar tem que deixar alguém que seja de suma confiança na sua residência pra cuidar de seu filho, eu falo por mim porque eu tenho uma filha com deficiência e ontem que eu encontrei uma pessoa para ficar com ela em casa, então é difícil porque você tem que gastar com medicação, com alimentação, escola(...) a gente sabe que um salário mínimo não supre a necessidade que era pra se suprir porque tá tudo caro (...). Então são n’s questões como estou te falando é um desafio bem degradante a gente tem que verificar, (...) entrei no trabalho ano passado, olha os anos, minha filha tá com 16 anos, os anos que eu venho lutando e o medo de trabalhar de carteira assinada porque será que vai compensar eu trabalhar de carteira assinada e perder o benefício dela, Entendeu. Eu disse que o dia que eu fosse trabalhar eu teria que trabalhar acima de um salário-mínimo, porque é justamente para compensar essas outras despesas extras que iriam ocorrer e ocorrem realmente quando a gente trabalha”. (Jasmim, 2023).

“As principais demandas mesmo é a dificuldade do acesso ao BPC que muitas delas não recebem, né. Não tem outro tipo de benefício então acaba tendo que buscar esse serviço, por conta de medicamentos que eles têm o uso de fraldas, na maioria das vezes com os acamados” (Rosa, 2023).

De acordo com a pesquisa realizada por Guerra (2015), o papel da mãe no contexto familiar, é possível enfatiza que a mãe:

não mede esforços para proporcionar o melhor aos filhos, especialmente quando este apresenta alguma deficiência. Diante desse contexto, ela passa a sofrer uma imposição social para exercer esse papel de forma imperiosa, muitas vezes, tendo que abdicar de sua própria vida pessoal, social e profissional, a fim de contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento saudável dos filhos. (Guerra, 2015, p. 460).

Relacionado a última pergunta, no qual diz respeito aos “principais desafios e estratégias no trabalho dos assistentes sociais na efetivação dos direitos dos PCDs?”. Foram apontadas as seguintes afirmações:

“Um do desafio seria no caso, o acesso que eles venham ao BPC que muitas das vezes dependendo da deficiência precisa de um laudo médico, nossa cidade infelizmente só tem um médico neurologista que é mais procurado e ainda existe uma lista de espera, uma lista não um caderno de espera por um laudo, aí quando a gente consegue acessar pra dá entrada no BPC, aí tem que ver outra listagem pra marcar perícia, marcar avaliação social, isso é um outro desafio pra garantia desses direitos da pessoa(...). **Então, há muitos desafios ainda na questão dos PCDs pra gente enfrentar, tanto a gente como mãe solo, como não sendo da família em si também, é por isso que muitas das vezes a família ou a mãe ela se omite a essa informação,** talvez de trazer pra fora a questão de dizer eu tenho filho com PCD com deficiência, né, é talvez seja isso porque lá fora, aqui fora **a gente sabe os direitos a gente sabe o que é que tem que ser feito, mas infelizmente a gente encontra muita barreira”** (Jasmim, 2023).

“Eu acho que o maior desafio é a questão burocrática mesmo, né. Assim até porque assim às vezes a gente vai olhar, a gente dá entrada num benefício aqui né. E aí sabe que demora. **Eu acho que o processo burocrático é o que mais vai ser mais desafiador pra gente. A questão burocrática é o maior desafio porque se não fosse toda essa burocracia elas não precisavam a recorrer a advogado,** a outras pessoas que acabam se aproveitando também dessas famílias que tem pouca instrução, então muita burocracia acaba atrapalhando bastante se fosse algo mais rápido mais infelizmente não é, às vezes você da entrada, **você sabe que quando é com deficiência tem que comprovar tudo, tem que passar por avaliação social, tem que passar por perícia** e às vezes a gente não entende a cabeça deles porque é bem visível ali que a criança precisa, aquela família precisa e é negado, aí tem que entrar com recurso, e nisso eles recorrem ao advogado vai lá e consegue mais aí fica com uma parte do dinheiro, né então assim a burocracia atrapalha muito” (Girassol, 2023).

“As buscas ativas, né. Busca ativas e a gente vai através das dinâmicas de roda de conversa a gente vai descobrindo né. E eles vão informando até mesmo na hora do acolhimento, você tem alguém que tem algum tipo de deficiência a gente pode estar viabilizando esse direito para isso né, que é um direito gratuito” (Rosa, 2023).

Portanto, podemos observar nos relatos das assistentes sociais que o maior desafio diz respeito a questão burocrática do acesso ao Benefício de Prestação Continuada, e que existem muitas barreiras quando se trata da pessoa com deficiência. Nesse sentido, dentre as principais estratégias utilizadas pelos profissionais, estão as rodas interativas de conversas, as buscas ativas, e através da visita domiciliar é possível ter uma compreensão melhor acerca da realidade do usuário.

Com base em CFESS (2012, p. 31),

os desafios presentes no campo da atuação exigem do (a) profissional o domínio de informações, para identificação dos instrumentos a serem acionados e requer habilidades técnico – operacionais, que permitam um profícuo diálogo com os diferentes segmentos sociais. O conhecimento da realidade possibilita o seu deciframento para “iluminar” a condução do trabalho a ser realizado.

No supracitado acima, dada a importância da formação profissional do assistente social, com base nos estudos das práticas profissionais no Código de Ética, é possível salientarmos a interrelação do mesmo com a sociedade, aplicando o uso correto da técnica profissional no suprimento das inúmeras expressões sociais demandadas pelos usuários.

3.3.3 DIMENSÃO 03: AÇÕES E ESTRATÉGIAS

Outro elemento abordado na entrevista refere-se as “ações e estratégias que os profissionais desenvolvem com as mães solas”. Conforme os depoimentos a seguir:

“Aqui a gente tá fazendo oficina (...), com as crianças mais assim as crianças são uma estratégia pra gente trazer essas mães, né. E aí a gente oferece pra elas **oficina de corte e costura, a gente também tem oficina de artesanato, oficina de pintura e inclusive a gente tá em parceria com o Núcleo Girassol eles vem de lá pra desenvolver esse trabalho aqui dentro do CRAS, então uma das estratégias assim que a gente tem trabalhado para que a família possa ver o CRAS assim como um lugar de acolhida**, saber que lá os filhos dela vão ser bem atendidos, saber que eles vão poder participar das atividades lúdicas que vão poder estimular eles na capacidade motora, então essa é uma das estratégias, trazer essas mães, ser mãe já é cansativo e ser mãe de uma pessoa com deficiência com certeza é mais cansativo ainda, né. **Pra que elas possam também dividir um pouco das experiências delas com outras mães de elas saberem que elas não estão sozinhas nesse processo de cuidado que tem outras famílias também que passam pela mesma situação, então acho importante a gente trazer elas e também oportunizar esses momentos aí com elas**” (Girassol, 2023).

No entanto, a assistente social Jasmim relata que,

“Bom eu ainda não ouvi dizer que tem uma atividade específica pra mães com filho com deficiência mais assim a coordenadora tinha passado pra gente, que elas iam fazer uma oficina junto com eles que é a pintura de telas, porém a gente tá querendo **inserir elas em algo que elas fizessem no horário que eles estivessem sendo atendidos e fosse pra elas fazerem na sua própria residência algo onde ela ganhasse uma renda extra (...)**” (Jasmim, 2023).

De acordo com o que foi declarado pelas assistentes sociais a respeito dos trabalhos realizados com as mães, podemos observar que as atividades com esse público são recentes na Instituição. As oficinas de pintura em tela voltado as crianças com deficiências, é uma estratégia para que as mães também participem, e no horário em que os filhos estiverem nessa atividade, elas possam participar da oficina de corte e costura, por exemplo, que é uma forma também delas se sentirem acolhida, que elas saibam que não estão sozinhas.

Segundo CFESS (2012, p. 57), discute que:

aproximação com população é uma das condições para permitir, impulsionar ações inovadoras no sentido de reconhecer e atender às efetivas necessidades dos segmentos

subalternizados [...]. Para um compromisso com o usuário é necessário romper as rotinas e a burocracia estéreis, potenciar as coletas de informações nos atendimentos, pensar na reorganização do plano de trabalho, tendo em vista as reais condições de vida dos usuários.

Na sequência foi indagado sobre as “principais dificuldades enfrentadas pelo profissional no âmbito das atividades com os projetos de inclusão social”. Como relatam a seguir:

“Recurso é o principal de tudo, se não tiver a gente não faz, muita das vezes as oficinas tão sendo é como o recurso falando assim é falando sério, o recurso são pouco, né na área de assistência a gente sempre conversa aqui com as meninas porque a saúde ela tem um recurso, a educação tem um outro bem grande também e a assistência é 0,01% então a gente tem um mínimo e **muita das vezes a gente acaba tirando do nosso próprio bolso, pra fazer as oficinas, pra fazer algum projeto porque é o mínimo que a gente tem e a gente fazer realizar o nosso projeto social a gente tem que ter um recurso**” (Jasmim, 2023).

“Acho também que uma das maiores dificuldades é a questão do recurso, né. Sabe que a área da assistência é uma das áreas que mais sofre em questão de recursos e que eu penso que deveria ser uma das áreas que mais é que deveria ter esse suporte, né. Mas infelizmente não acontece porque, porque aqui eu entendo que é a porta de entrada do CRAS é a assistência para colher essas famílias porque aqui a gente trabalha diretamente com a famílias em situação de vulnerabilidade, então se tivesse, né. Um apoio melhor do governo federal de olhar essas políticas e trazer realmente e trabalhar as políticas exatamente como elas deveriam ser trabalhadas, eu acredito que iria melhorar muito, muito, muito o nosso trabalho, claro que não é porque não tem recurso que a gente não vai fazer, mas você sabe que quando não se tem a gente dá o nosso máximo mais assim não sai da forma que nós gostaríamos, então eu entendo que a maior dificuldade é essa falta de recurso que nós temos aqui” (Girassol, 2023).

Podemos identificar que a principal dificuldade é a falta de recurso, que também influenciam nas condições de trabalho, como mencionado pela assistente social Jasmim, muitas das vezes, tiram dinheiro do próprio bolso para realizar as oficinas. E que a área da assistência social necessita de melhorias, no que diz respeito a efetivação das políticas sociais e condições de trabalho do profissional.

Em relação a esta questão, Iamamoto (2009, p. 13), discute que:

Sendo um assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos. Em decorrência o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: (a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão). [...] (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato [...].

Neste mesmo sentido CFESS (2012, p. 46), aponta que:

as condições de trabalho em que se inscreve o assistente social articulam um conjunto de mediações que interferem no processamento da ação nos resultados individual e coletivos projetados, pois a história é o resultado de inúmeras vontades projetadas e diferentes direções que têm múltiplas influências sobre a vida social.

Diante do exposto, o aprofundamento das questões relacionadas ao trabalho do assistente social, é necessário que haja um olhar mais atencioso do Estado para as condições de trabalho que envolvem este profissional na execução de sua prática profissional.

Relacionado a última questão, foi indagado sobre a relevância deste trabalho de conclusão de curso, direcionado ao trabalho do assistente social junto as mães atípicas, obtivemos as seguintes afirmações:

“E é algo que a gente ainda não concretizou porque ela está mais no papel do que na realidade do nosso dia a dia, porque muitas das mães como eu falei elas omitem essa informação dos filhos por causa do preconceito essa questão delas é não falarem muito sobre os filhos com deficiência. Falar da mãe solo é um grande desafio, a gente tem uma sociedade daquelas antiquadas ainda acham que mulher tem que tá casada, dentro de casa tá tá tá... só que hoje em dia mudou tudo na contemporaneidade (...)” (Jasmim, 2023).

“É um tema bastante relevante porque a gente passa a ter o conhecimento através de pesquisas, algo que fica bem exposto né. Até mais fácil porque tem o Girassol a gente promove ação para eles, a SEMASTH disponibiliza ônibus pra eles pra eles virem e ter esse acesso, então é de grande relevância esse teu trabalho, bem interessante mesmo que abri assim uma visão totalmente diferente porque muitas pessoas têm preconceito (...)” (Rosa, 2023).

(...)eu acho muito importante a gente trabalha esse tema pra que as pessoas também conheçam, né. Pra que as pessoas se identifiquem também, tem muitas mãezinhas aí que às vezes elas acham que estão sozinhas, poxa será que só eu passo por isso, porque eu que fui escolhida, né? Não, mas tem outras também que estão na mesma situação inclusive assim a partir desse tema também criar grupos de apoio pra essas mães também seriam de suma importância pra que elas pudessem compartilhar um pouquinho da experiência delas” (Girassol, 2023).

É evidente, nos depoimentos das profissionais que a temática abordada é de suma importância para ampliação do conhecimento acerca das mães solas e atípicas de filhos com deficiência. Como bem apontam os estudos de Borges (2020) mesmo que na Constituição seja assegurado o direito, as mães solas ainda enfrentam discriminação por exercerem a maternidade sozinha, mesmo estando em um relacionamento, ou não, como também ter um filho com deficiência. Falar sobre essa temática torna-se fundamental para a ampliação do conhecimento acerca da realidade enfrentada pelas mães solas e atípicas de filhos com deficiência, faz-se

necessário um projeto voltado para essas mães como uma rede de apoio, para que essas mães se sintam amparadas e que elas não estão sozinhas.

RESULTADOS DA PESQUISA

Com base nos dados apresentados, levando em consideração os objetivos específicos podemos compreender que as mães solas e atípicas vivenciam experiências desafiadoras em seu cotidiano, é necessário a implantação de programas e grupos de apoio. Podemos enfatizar que, as estratégias utilizadas pelo profissional assistente social estão pautadas na defesa e na garantia dos direitos, para assegurar que as políticas públicas sejam efetivadas e proporcione melhores condições e qualidade do serviço de quem dela necessita.

Primeiramente, em relação ao levantamento do perfil das mães atendidas pelo CRAS União é possível analisar que são mulheres de classe baixa, e muitas dependem do Benefício de Prestação Continuada e do Bolsa Família, por ser sua única fonte de renda. No entanto, é um valor ínfimo, em comparação aos gastos com alimentação, remédios, dentre outros gastos quando se tem uma família numerosa.

Na pesquisa realizada foi possível ter uma melhor apreensão do trabalho que as assistentes sociais estão desenvolvendo na Instituição, que dividiram por grupos de idosos, quilombolas, PCDs, LGBT, e cada uma delas é responsável por cada grupo específico.

Em relação a 01 Dimensão trata-se do perfil das assistentes sociais, os dados dão conta de apontar que são profissionais atuantes na área da assistência, que são mães e uma das entrevistadas durante a realização da pesquisa relatou que é mãe de um filho/a com deficiência, no entanto, ela se identificou com o tema proposto.

Em relação a 02 Dimensão sobre o trabalho do assistente social, os dados declarados pelas profissionais indicam que os principais desafios enfrentados é fazer com que as famílias participem das atividades que o CRAS oferece, que a Instituição não se resume a atualização do Cadastro Único, que o socioassistencial é voltado para o atendimento das famílias que estão em situação de vulnerabilidade social.

Em relação a 03 Dimensão voltada as ações e estratégias podemos destacar que os profissionais desenvolvem as visitas domiciliares, encaminhamentos, orientação, acolhimento, e o acompanhamento familiar com o intuito de fortalecer os laços comunitários, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV). A respeito das estratégias utilizadas pelos profissionais, a estratégia adotada foi o CRASFÉ, esse momento busca oportunizar rodas de conversas, palestras e o conhecimento acerca dos serviços oferecidos pelo CRAS, é uma forma de fazer com que os usuários participem e conheçam mais sobre o lócus.

Logo, os dados coletados apontam para a reflexão acerca do trabalho realizado pelos profissionais na garantia dos direitos das mães solas e atípicas de filhos com deficiências, bem como a ampliação desse estudo, no que tange, a maternidade de maneira solitária e dos desafios que enfrentam em seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo intitulado “O trabalho do Serviço Social junto a mães atípicas: desafios e estratégias das mães solas de filhos/as com deficiências atendidas pelo CRAS União em Parintins-AM”, buscou fazer reflexões importantes acerca do trabalho desenvolvido na Instituição pelos profissionais, no que concerne as demandas das mães solas e atípicas.

Em síntese, o interesse pela pesquisa surgiu da minha experiência de estágio a partir das observações, mediante o atendimento, visitas domiciliares e da busca ativa realizadas junto as assistentes sociais, no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), pois a visita domiciliar consiste em conhecer a realidade social das famílias acompanhadas pelo serviço, bem como analisar o contexto, as vulnerabilidades e potencialidades da família, o método adotado para a realização do objeto de estudo foi a abordagem qualitativa.

Para a realização da coleta de dados o instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada direcionada as assistentes sociais. Sobre a pesquisa de campo, é válido ressaltar que nos proporciona conhecer e explorar a relação teórico/prática do objeto de estudo, e dessa forma, nos permite ter outro olhar acerca da realidade frente as questões da expressão social.

Para atingir a compreensão do objetivo geral buscamos conhecer os desafios no atendimento de mães de filhos com deficiência pelas assistentes sociais no CRAS União em Parintins, por conseguinte, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro aspecto foi identificar o perfil socioeconômico das usuárias mães solo de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS União. Verificou-se que, as usuárias acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família são de baixa renda, recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família.

O segundo aspecto, buscou desvelar as principais demandas e os desafios para o acesso e a garantia de direitos de mulheres, mãe solo, atendidas no CRAS União; e o último aspecto buscou identificar as estratégias usadas pelos profissionais assistentes sociais do CRAS para atender mães solo de filhos com deficiência.

Nesse sentido, os desafios enfrentados por mães solas e atípicas de crianças com deficiência no acesso aos serviços oferecidos pelo CRAS e as estratégias desenvolvidas pelo assistente social na viabilização do atendimento qualificado as mães. Dentre as principais ações realizadas podemos destacar, o acolhimento, as oficinas de artesanato, corte e costura para as usuárias, além disso, os PCDs estão tendo uma visibilidade melhor, como a oficina de pintura em tela que auxilia no desenvolvimento e na criatividade da criança.

Sobre os principais desafios citados podemos destacar que trabalhar a família como um todo, é difícil, por ser um espaço, muitas das vezes, de conflito e outros fatores que influenciam na relação familiar, esse foi um dos principais desafios apontados pelas profissionais.

Na mesma direção em relação ao trabalho profissional realizado junto a mães solo e atípicas, é possível compreendermos que, é necessário que o profissional busque o aprimoramento de sua formação técnica para o desenvolvimento de suas estratégias, dessa forma, consolidar o seu compromisso com o Projeto – Ético – Político, na garantia do acesso aos direitos dessas mães e seus filhos.

Assim sendo, ainda há muito o que debater sobre a temática, uma vez, que durante a pesquisa e o levantamento bibliográfico foram identificados materiais escassos que tratem da temática de mães solo com a especificidade de filhos com deficiência. Sabemos que esta é uma realidade presente em Parintins-AM já que durante os períodos 2019 a 2022 o atendimento foi de 22 mulheres com este perfil.

Em posse dos dados apresentados compreendemos ser necessário maior aprofundamento sobre a realidade social enfrentada por mães de filhos/as com deficiência, esta que contém inúmeros desafios cotidianos. Nesse sentido, é imprescindível que o Assistente Social conheça a realidade vivenciada pelos usuários do serviço, de forma que seja possível construir junto com eles/elas estratégias para o enfrentamento das dificuldades no acesso aos direitos sociais.

A questão aqui apresentada tem intuito de provocar a reflexão e o conhecimento mais aprofundado sobre as particularidades das famílias e das mulheres atendidas em Equipamentos Socioassistenciais como os Centros de Referências de Assistência Social – CRAS. Como é perceptível a partir do debate teórico e da análise dos dados, são muitos os atravessamentos presentes no cotidiano dessas mulheres, desde sua casa até a chegada no CRAS e o alcance da Política de Assistência Social. Cabe por parte das assistentes sociais que atuam nestes equipamentos, um olhar mais amplo e especializado tendo condições de melhor qualificar os serviços e promover o alcance dos direitos por parte dessas usuárias e de seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BABIUK, G. A. I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social – 2015. **Famílias monoparentais femininas, políticas públicas em gênero e raça e serviço social.** – 1. ed.; 2015, v. , p. 1-8.
- BERWIG, S. E. XVI Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social - 2018. **Aproximação ao Método Marxiano na Pesquisa em Serviço Social.** -1. ed.; 2018, v. , p. 1-15.
- BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. (2012). **Orientações técnicas sobre o PAIF** (Vol. 1): trabalho social com famílias do Serviço de proteção e atendimento integral à Família – PAIF. Brasília: MDS.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** lei n. 8.069, 13 de julho de 1990 e legislação correlata. – 9.ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe Solo! Consideração sobre a maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. Revista Direito e Sexualidade. N. 1. maio. 2020.
- BRASIL. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Brasília, 2007.
- CARLOTO, Cássia Maria; Mariana, Silvana Aparecida
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2011.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão.** Vol, 1. Brasília, 2012.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2000.
- CRUZ, Deusina Lopes. **Família, deficiência e proteção social:** mães cuidadoras e os serviços do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Orientadora: Dra. Luciana de Barros Jaccoud. 2011. 109 f. TCC (graduação) – Curso de Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social, Escola Nacional de Administração Pública, Brasília – DF: 2011.
- FÁVERO, Maria Helena. **A construção social do gênero.** UFPR. Curitiba: 2010.
- FERNANDES, Priscila Silva. **Família Monoparental Feminina:** Desafio de ser mãe solo. Araraquara, 2022.

- FERREIRA, Natália Cristina de Lima. **Familismo e responsabilização das mulheres: uma análise do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS de Santa Maria – DF.** Orientadora: Dra. Rosa Helena Stein. 2014. 60 f. TCC (graduação) – Curso de Serviço Social, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 2014.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social IN:** CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília: 2009.
- IBRE, Instituto Brasileiro de Economia. Brasil tem mais de 11 milhões de mães que criam os filhos sozinhas. Bahia, 2023. Disponível em:
<http://www.mulheres.ba.gov.br/2023/05/3718/Brasil-tem-mais-de-11-milhoes-de-maes-que-criam-os-filhos-sozinhas.html#:~:text=Pesquisa%20feita%20pelo%20Instituto%20Brasileiro,que%20criam%20os%20filhos%20sozinhas>. Acesso em: 28 mai. 2023.
- JESUS, Ana Beatriz dos Santos de. **Escuta psicológica para mães atípicas de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Orientadora: Ms. Renata Mikoszewski. 2023. 21 f. TCE (graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Curitiba, 2023.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2003.
- LEONARDO, F. A. M., ; MORAIS, A. G. L. de. **Família monoparental feminina: a mulher como chefe de família.** Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília, v.3, n.1, p. 11-22, jan/jun., 2017.
- MATERNIDADE ATÍPICA. Rádio Câmara, Brasília, 03, março de 2023. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/radio/programas/942320-maternidade-atipica/>
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2014). **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais.** Brasília: MDS.
- MONTENEGRO, Rosiran Carvalho de Freitas. **Mulheres e cuidados: Responsabilização, sobrecarga e adoecimento.** Anais do 16º encontro nacional de Pesquisadores em Serviço Social. EMPRESS. Vitória - ES: 2018.

- MORAES, Eliana Maria Girão. **O sentido da deficiência para as mães de um grupo de crianças de um programa de estimulação essencial da cidade de Manaus.** – Manaus: UFAM, 2011.
- MUNHÓS, Patricia Souza; PEREIRA, Rejane. **A política de educação de inclusão das pessoas com deficiências e a atuação do assistente social.** Revista Maiêutica em Serviço Social, Indaial, v. 3, n. 1, p. 7 – 11, 2015.
- PAIVA, Daiana de Assis. **Abandono afetivo: responsabilidade civil e uma visão além da indenização.** – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.
- PEREIRA, J. A; SARAIVA, J. M. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social.** Ser social, Brasília, v. 19. n. 40, p. 168185, jan/jun, 2017.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Índice: Quantidade de Homens e mulheres. Brasília, 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conhecao-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C1%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. (et al). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2015.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, Caroline Guimarães; CASSIANO, Kátia Kelvis; CORDEIRO, Douglas Farias. Mãe solo, Feminismo e instagram: análise descritiva utilizando mineração de dados. InterconSociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Goiânia, 2019.
- SOARES, A. M. M; CARVALHO, M. E. P. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Words Congress (Anais Eletrônicos). **Ser mãe de pessoa com deficiência: Do isolamento à participação social.** Florianópolis, 2017.
- TOLEDO, Laisa Regina Di Maio Campos. **Famílias chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social: um estudo na perspectiva de gênero.** In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2011. São Luís, Maranhão: Universidade Federal do Maranhão. p. 1-19.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** – São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICES

A. Roteiro de Entrevista Semiestruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ZOOTECNIA
 CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1) PERFIL

- a) Nome: _____
- b) Data de Nascimento: _____
- c) Sexo: Masculino () Feminino ()
- d) Naturalidade: _____
- e) Autodeclaração: Preto () Pardo () Indígena () Branco () Amarelo ()
- f) Estado civil: Solteiro () Casado () Viúvo () Divorciado ()
- g) Religião: _____
- h) Instituição e Ano de formação: _____
- i) Possui pós-graduação: Não () Sim () Qual/Ano? _____

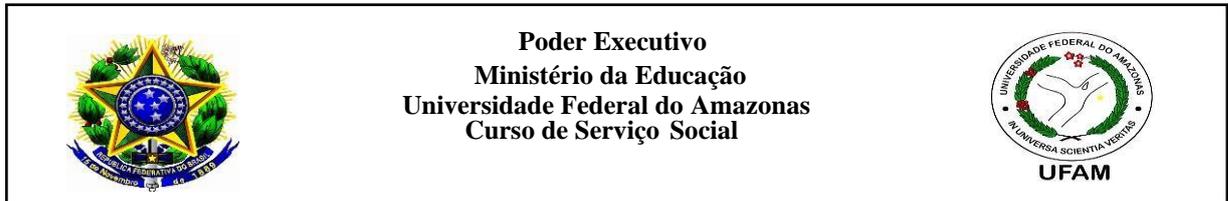
2) TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

- a) Quais os principais **desafios e as estratégias** o Assistente Social utiliza para atender as famílias inseridas nos programas sociais através do CRAS União?
- b) O que você tem a dizer sobre o acesso dos PCD e sua Família às políticas sociais do município via CRAS União?
- c) No CRAS União são recorrentes as demandas junto as mães soltos de filhos com deficiência? Como este tema tem sido trabalhado?
- d) Quais as principais **demandas** que chegam ao setor do Serviço Social do CRAS União por parte das mães soltos de filhos com deficiência?
- e) Quais os principais **desafios e estratégias** no trabalho de Assistente Sociais do CRAS União para a efetivar a garantia de direitos de pessoas com deficiência?

3. AÇÕES E ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS

- a) Quais **atividades ou ações** são desenvolvidas por Assistentes Sociais junto às mães soltos de filhos com deficiência no CRAS União?
- b) Quais as **principais dificuldades** enfrentadas pelo profissional do Serviço Social no âmbito de suas atividades com projetos de inclusão social para mães solo de filhos com deficiência?
- c) Quais **programas sociais** são ofertados pelo CRAS União na inclusão das mães de filhos com deficiência?
- d) Sobre o tema mães solo com filhos com deficiência, **existe algo que gostaria de acrescentar ou comentar** que é relevante ao trabalho do Assistente Social com este tema?

B. Termo de Consentimento Livre Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a),

O Sr/Sra, está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “Mães solo: desafios e estratégias das mães de filhos/as com deficiências atendidas pelo CRAS União em ParintinsAm”, devido a sua inserção como assistente social do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) União.

Meu nome é Ruth Jussara Camarão Gomes, sou graduanda em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da UFAM e a presente pesquisa para o Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso (TCC) está sob a orientação da Profa. Dra. Greysy Kelly Araújo de Souza (UFAM).

Esta pesquisa tem como objetivo identificar como o profissional assistente social do CRAS União está orientada frente a realidade das mães solas de filhos com deficiências atendidas pelo socioassistencial. Este é um estudo baseado na abordagem qualitativa, que utilizará o instrumento para obtenção de dados a Entrevista Semiestruturada.

Você é quem decide se gostaria de participar ou não desta pesquisa. Se decidir participar da pesquisa, deverá assinar um termo de consentimento (TCLE) e receberá uma cópia assinada deste Termo para guardar. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento, sem qualquer justificativa. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades e não causará nenhum prejuízo. A participação nesta pesquisa não é remunerada, nem implicará em gastos para os participantes.

Você será submetido (a) à uma entrevista semiestruturada, baseada em roteiro de entrevista, com perguntas relativas as informações pessoais, a formação, ao trabalho profissional como assistente social e a concepção do debate acerca das mães de filhos com deficiência atendidas pelo CRAS União. Para a realização da entrevista será utilizado um gravador de voz para posterior transcrição, que será guardada por cinco (5) anos e descartada após esse período. A sua voz ou imagem não será utilizada na pesquisa, apenas o relato sobre

as questões do roteiro de pesquisa. A identidade do (a) participante será preservada e, caso necessário, serão escolhidos nomes fictícios.

No que tange aos riscos que podem ocorrer em todas as pesquisas com seres humanos, está pode ocasionar possível desconforto emocional e/ou de possíveis riscos psicossociais (ex.: constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.). Já em relação aos benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da participação, esta consiste em colaborar com o conhecimento sobre a materialização da temática das mães solo de filhos com deficiências atendidas pelo CRAS.

Caso você concorde em participar desta pesquisa “Mães solo: desafios e estratégias das mães de filhos/as com deficiências atendidas pelo CRAS União em Parintins-Am”, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Você receberá uma cópia deste registro onde consta no final da página os contatos de telefone e o e-mail da pesquisadora e da orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, firmado abaixo, eu _____ concordo em participar do presente estudo, intitulado “Mães solo: desafios e estratégias das mães de filhos/as com deficiências atendidas pelo CRAS União em Parintins-Am”. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador (a) responsável _____ sobre a pesquisa, procedimentos e métodos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação na pesquisa. Minha participação é de caráter voluntário, foi-me garantido que será resguardada a minha identidade e que eu posso retirar meu consentimento de participação a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Os dados colhidos poderão ser examinados e publicados pela pesquisadora responsável e por pessoas envolvidas no estudo, com autorização delegada da pesquisadora, com fins unicamente acadêmicos. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação na pesquisa acima descrita.

Parintins-AMde.....de 2023.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável pela Pesquisa

*Pesquisadora responsável pela pesquisa: Ruth Jussara Camarão Gomes – Telefone: (92) 98411-6579
e-mail: ruth.jussara18@gmail.com*

Orientadora responsável pela pesquisa: Profa. Dra. Greyssy Kelly Araújo de Souza – Telefone: (21) 982059727. E-mail: greyssy@ufam.edu.br